

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

LETÍCIA ALVES MONTEIRO

**A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO A PARTIR DA ANÁLISE DOS JOVENS
RECEPTORES ATUAIS DAS NOTÍCIAS VEICULADAS PELO ESTADO DE S. PAULO NA
ÉPOCA DA DITADURA MILITAR EM 1964, 1975 E 1978**

Porto Alegre
2019

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

LETÍCIA ALVES MONTEIRO

**A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO A PARTIR DA ANÁLISE DOS JOVENS
RECEPTORES ATUAIS DAS NOTÍCIAS VEICULADAS PELO ESTADO DE S.
PAULO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR EM 1964, 1975 E 1978**

Orientador

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2019

LETÍCIA ALVES MONTEIRO

**A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO A PARTIR DA ANÁLISE DOS JOVENS
RECEPTORES ATUAIS DAS NOTÍCIAS VEICULADAS PELO ESTADO DE S.
PAULO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR EM 1964, 1975 E 1978**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de Concentração: Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre
2019

LETÍCIA ALVES MONTEIRO

**A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO A PARTIR DA ANÁLISE DOS JOVENS
RECEPTORES ATUAIS DAS NOTÍCIAS VEICULADAS PELO ESTADO DE S.
PAULO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR EM 1964, 1975 E 1978**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Área de Concentração: Jornalismo

Aprovado em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Ivone Maria Cassol (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Camila Garcia Kieling (PUCRS)

Porto Alegre
2019

AGRADECIMENTOS

Uma vez me disseram que é preciso aceitar o término de ciclos. Não é fácil entender que apesar de amarmos relações e momentos, tudo tem seu fim. Minha caminhada até esta etapa foi assim. Precisei aceitar minhas limitações, admitir que é normal se frustrar e que não posso abraçar o mundo. Isso não significa que não possa tentar. Comecei a faculdade sonhando em trabalhar como jornalista de guerra a fim de denunciar a violação de direitos humanos ao redor do mundo. Hoje, acredito que posso fazer isso com pequenos atos, como por exemplo, esta pesquisa. Infelizmente não é permitido fazer um monólogo nos agradecimentos. Então - talvez- serei breve

Primeiramente, agradeço aos meus pais [Jacqueline e Roberto] por me darem todo o suporte para estar neste momento escrevendo essas palavras. Vocês são minha força e maior exemplo de amor e afeto no mundo. Obrigada por nunca deixarem cair nas minhas próprias armadilhas e me manterem em pé. O melhor de mim veio de vocês.

Aos meus irmãos [Michelle e Thiago] que sempre me aceitaram e me defenderam de tudo e todos. Irmão, obrigada por estar ao meu lado quando sinto só. Tu és luz que não pode se apagar nunca. A sociedade precisa de pessoas como tu para ser melhor. Irmã, minha companheira de luta. Obrigada por toda a amizade e resistência durante esses anos. Tu foi muito mais que uma “colega de quarto”. Tu foste meu refúgio. Para vocês, agradecer não é o suficiente.

Aos meus antigos - e melhores - chefes, Lu, Be e Couto, conhecer vocês foi a melhor mudança na minha vida. Fazer parte da Soprinho foi acreditar que a comunicação transforma o mundo. E vocês transformaram meu ser. Obrigada por tanta troca de conhecimento, de histórias e de afeto. As melhores comidinhas e desabafos foram feitas naquela salinha que mal cabia todo mundo de tanto amor dentro dela.

Joana [Berwanger], nossa amizade sempre foi a representação da palavra irmandade. Toda vez que passávamos algum perrengue a gente nunca deixava a outra cair. Contigo aprendi a importância de ser combativa dentro do meu próprio meio acadêmico. Obrigada por sempre estar ao meu lado.

Mauriane [Dorneles], meus dias escrevendo esta pesquisa só foram tranquilos graças a tua companhia. Tu foste a alegria desse TCC e te agradeço muito por isso. Tu és uma pessoa maravilhosa. O mundo tem sorte de existir alguém como tu. Apesar

de sempre nos darmos bem, tu foste essencial para esta pequena e longa jornada. Obrigada por todas as risadas, por me acolher e, acima de tudo, fazer as coisas serem mais leves.

Laura [Franco], é impossível achar palavras para te agradecer. Apesar da gente nunca saber de onde se conheceu, sinto que somos mais que amigas, friends. Obrigada por todos os desabafos, alegrias e estresses que passamos juntas. Principalmente por acreditar nos meus ideais e fazer eles acontecerem. Tu és o melhor reencontro que eu já tive nessa vida.

Cassiano [Langer], o colégio acabou há 5 anos e eu ainda te tenho comigo. Por todas as vezes que tu me ajudaste bêbada, que foi aproveitar a fase jovem da vida comigo e por todo o carinho, compaixão e risadas, meu maior obrigada.

Nathaly [Miranda], é difícil acreditarmos que nós mulheres somos maiores do que imaginamos. E tu me faz sentir assim sempre que conversamos. Essa pesquisa não seria concluída sem teu suporte - que algumas vezes foi o que me motivou a continuar produzindo. Te conhecer foi uma das melhores coisas que me aconteceu nesses quatro anos e meio de faculdade. Obrigada por resistir ao meu lado. Juntas somos mais fortes. Mesmo.

Tércio [Sacol], Ivone [Casso] e FêCris [Vasconcellos], a faculdade não teria graça sem o companheirismo de vocês. Por todos os desabafos e ajuda que me proporcionaram enquanto eu pensava em desistir, obrigada. Tércio, sem teu pessimismo misturado com uma pitadinha de positividade, muitas escolhas eu teria deixado de lado. Tu sempre viste potencial em mim onde eu nunca vi - e até agora não vejo. Ivone, tu és minha inspiração de mulher. Toda tua trajetória - tanto profissional quanto pessoal - me deixam feliz de saber que pude compartilhar parte da minha vida e minhas histórias contigo. FêCris, tu és uma inspiração como pessoa e profissional. Obrigada por todas as vezes que tu me escutaste e me ajudaste a encontrar alguma luz para o que eu quero de futuro. Agradeço principalmente por me incentivar a continuar minha carreira acadêmica e acreditar no meu potencial como pesquisadora. Espero encontrar vocês três nos corredores, daqui há alguns anos, como colegas.

Juremir [Machado], meu orientador e referência. Obrigada por sempre me forçar a querer mais e acreditar no meu potencial. Não foi fácil escrever essa pesquisa, mas contigo me orientando, encontrei os melhores caminhos para seguir.

Gabriele [Barañano], me entrego todo dia aos meus ideais/sonhos e se me permito ser assim é graças ao teu apoio e existência. Tu é muito mais que minha companheira, tu és meu ponto de paz. Obrigada por me dar o privilégio de fazer parte da tua vida e acreditar em mim quando nem eu mesma acredito. Por todas as conversas, reflexões, carinhos e projetos de futuro, tu me fizeste sentir única. E por fim, fez isso tudo ter sentido.

Agradeço - enfim - a todas as mulheres que passaram e passarão por minha vida. Se hoje resisto, é por todas vocês. Por muitas vezes pensei em desistir de escrever sobre este tema por razões da atual conjuntura política e pela minha saúde mental, mas vocês me deram forças para colocar essa monografia no mundo e, quem sabe um dia, ser referência sobre este tema.

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados”

– *Vladimir Herzog.*

Jornalista assassinado em 1975 durante a ditadura militar no Brasil.

RESUMO

Em 1964, a ditadura militar assolou o Brasil com diversas políticas que visavam a ruptura de direitos civis. Para isso, atos institucionais foram sancionados a fim de permitir a legitimação das Forças Armadas no poder. Durante esse processo, a grande mídia foi conivente com o regime militar, sendo imprescindível no decorrer da queda do governo Jango. Porém, após a instauração do AI-5, conhecido popularmente como o “golpe dentro do golpe”, que tinha como objetivo o cerceamento da liberdade de expressão, a censura se fez presente nas redações. Um dos acontecimentos mais emblemáticos nesta época foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Foram 10 anos de repressão até a extinção do AI-5, em 1978, pelo governo Geisel. Nesta monografia, utilizamos da pesquisa qualitativa, mais precisamente o grupo focal, para assim compreendermos como os jovens atuais formam o imaginário deles acerca aquela época a partir de três datas veiculadas pelo jornal Estadão: o pós-golpe militar, a extinção do AI-5 e a morte de Herzog.

Palavras-chave: Comunicação. Ditadura Militar. Imaginário Social. Jovens. *Estadão*.

ABSTRACT

In 1964, the military dictatorship ravaged Brazil with several policies that aimed at breaking civil rights. For this, institutional acts were sanctioned in order to allow the legitimization of the Armed Forces in power. Durant this process, the mass media was conniving with the military regime, being indispensable in the course of the fall of the Jango government. However, after the establishment of the AI-5, popularly known as the "coup within the coup", which aimed at curtailing freedom of expression, censorship was present in the newsrooms. One of the most emblematic events at this time was the murder of journalist Vladimir Herzog in 1975. It was 10 years of repression until the extinction of the AI-5, in 1978, by the Geisel government. In this monograph, we use qualitative research, more precisely the focus group, in order to understand how young people today form their imaginary about that time from three dates broadcasted by journal *Estadão*: the post-military coup, the extinction of AI-5 and the death of Herzog.

Keywords: Communication. Military Dictatorship. Social Imaginary. Young. *Estadão*.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI	Ato Institucional
AII	Associação Interamericana de Imprensa
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BBC	British Broadcasting Corporation
CB	Correio Braziliense
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CM	Correio da Manhã
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JB	Jornal do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OESP	O Estado de S. Paulo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
QG	Quartel General
RNL	Rede Nacional da Legalidade
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
UDN	União Democrática Nacional
ZH	Zero Hora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS DO JORNALISMO.....	13
2.1	CONCEITOS E FUNDAMENTOS DO JORNALISMO.....	13
2.2	JORNALISMO E DEMOCRACIA.....	19
3	O JORNALISMO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE 64	25
3.1	O GOVERNO JANGO EM QUEDA LIVRE	25
3.2	OS JORNAIS E SEUS POSICIONAMENTOS DURANTE O GOLPE	322
3.2.1	O Estadão: o caso de relações ambíguas com a democracia	38
3.3	A DITADURA: DE 1964 AO AI-5 E O CASO HERZOG.....	39
4	O IMAGINÁRIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS JOVENS	48
4.1	O CONCEITO DE IMAGINÁRIO SOCIAL	48
4.2	O GRUPO FOCAL COMO OBTENTOR DE RESULTADOS.....	52
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS E O PERFIL DO IMAGINÁRIO DOS JOVENS ATUAIS	58
4.3.1	Pós-golpe militar.....	60
4.3.2	O assassinato de Herzog	60
4.3.3	A extinção do AI-5	60
4.3.4	Resultado da análise: o perfil do jovem atual	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICE A - Questionário Preliminar.....	70
	APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	72

1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 1961, João Goulart assume a presidência da república - com poderes reduzidos - após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em agosto do mesmo ano. Sua governabilidade saiu de controle entre os anos de 1963 e 1964, quando uma série de fatores, tais como a rebelião dos militares, a revolta dos marinheiros e, principalmente o discurso proferido no Auditório do Automóvel Clube, em 30 de março de 1964, pôs tudo a perder.

Com a tomada do poder pelos militares, deu-se início a uma das fases mais tenebrosas da história. Usando-se de diversos atos institucionais, os governantes foram, pouco a pouco, impondo medidas que restringiam as liberdades individuais.

Um dos períodos de maior repressão do governo ditatorial militar, se deu com a instauração do Ato Institucional nº 5, que ficou marcado na história pela série de brutalidades e controles ocorridos por parte do Estado, conhecido popularmente como “o golpe dentro do golpe”.

Tido como um marco crucial da censura - em especial aos veículos de comunicação -, a morte de Vladimir Herzog escancarou a condição que os jornalistas e a imprensa eram postos uma vez que opositores do governo.

Após dez anos de duras repressões, o Ato Institucional nº 5 foi extinto em 13 de outubro de 1978 por Ernesto Beckmann Geisel, presidente do governo militar à época.

Para que se possa ter uma dimensão de tudo que será tratado na presente monografia, se faz indispensável trazer, inicialmente, os conceitos e fundamentos do jornalismo, a fim que seja possível traçar uma correlação entre estes e a democracia. Utilizamos, então, o segundo capítulo desta pesquisa para pôr em voga os princípios do jornalismo e a relação entre a liberdade de imprensa, a censura e a democracia. Para tanto, consultamos os autores Bond (1962), Lage (1979; 1982), Traquina (2004; 2005; 2008), Amaral (1996) e Marx (2006).

Antes de abordarmos o cerne da problemática trazida por essa pesquisa, é fundamental construir uma contextualização histórica a fim de que possamos tecer o cenário político e social desses dois marcos: a ditadura civil-midiático-militar e os dias atuais. Sabendo-se que a história, quando não conhecida, pode se repetir, é preciso

compreender o que foi, o que é, como se deu a ditadura militar brasileira, razão pela qual, reservamos o terceiro capítulo desse trabalho para a tarefa de (re)contar um dos períodos mais sombrios do passado brasileiro. Para ajudar na construção desta narrativa, utilizamos os ensinamentos de Gomes e Ferreira (2014), Skidmore (1982) e Schwarcz e Starling (2015). Além disso, abordou-se também o posicionamento dos veículos de comunicação impressos durante o regime militar, em especial do jornal O Estado de S. Paulo. Finalizando o capítulo, tratamos acerca do período ditatorial no Brasil, sobretudo os atos institucionais decretados e a morte do jornalista Vladimir Herzog. Utilizamos os autores Silva (2017; 2017), Lorangeira (2014) e Aquino (1999) como principais embaixadores dos dados trazidos.

Portanto, após todo referencial teórico acima, analisaremos a formação do imaginário do jovem a partir das notícias veiculadas pelo Estadão sobre o início da ditadura militar, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e a extinção do AI-5. Com isso, iniciamos o quarto capítulo pela conceituação de imaginário social para, após, dar ênfase ao método utilizado para acessar o imaginário dos jovens, o grupo focal. Para tanto, utilizamos Silva (2017), Gomes (2016) e Castoriadis (1982). Em relação ao grupo focal, foram consultados os teóricos Bauer e Gaskell (2004), Silva (2007) e Barros e Duarte (2005).

Impende salientarmos que não é a finalidade deste trabalho ser uma análise extensiva dos fatos aos quais a problemática é proposta ou esgotar a temática, tendo em vista as limitações de uma monografia de graduação. Contudo, a pretensão é, ao elucidar tais questões, fomentar o debate e o senso crítico dos leitores para que, em tempos de retrocesso, possamos (re)construir uma sociedade mais igualitária, justa e que prime sempre pela democracia.

2 DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS DO JORNALISMO

O jornalismo é “todas as formas nas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público”, já dizia Bond, em 1962 (p. 15), uma afirmação um tanto genérica, mas também indicadora do amplo espectro que compreende a atividade. Durante o século XIX, a profissionalização do jornalismo se deu a partir do desenvolvimento da sociedade - econômica e socialmente. Além das questões envolvendo o crescimento do jornalismo, há uma série de especificações e debates sobre como foi constituída a informação.

Este capítulo tem como objetivo fundamentar os conceitos que englobam a função teórica e prática da profissão, a fim de assimilar a relação desses conceitos com a produção jornalística da época de 1964 - durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

2.1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DO JORNALISMO

O jornalismo é uma profissão diversa, podendo ser compreendida de múltiplas formas. Com a Revolução Industrial, as antigas funções - e consideradas até essenciais - do jornalismo passaram por uma mudança, se desenvolvendo a partir de novas mídias e tecnologias, pluralizando as definições da profissão atualmente.

Historicamente, o jornalismo e o formato pelo qual ele é entendido passou por um processo de transformação durante o século XIX. Naquela época, os jornais eram de cunho político-partidário e impressos em tiragens pequenas. Com o fim da Primeira Revolução Industrial e o surgimento da prensa, o jornalismo passou por uma modificação. Conforme Lage (1982, p. 21): "Uma consequência particular da Revolução Industrial foi a mecanização da produção dos jornais. Isto lhes permitiu multiplicar as tiragens, estabelecendo padrões de circulação bem acima dos da fase anterior".

Com o desenvolvimento sócio-econômico-urbano, especialmente na Europa, e o crescente encaminhamento das sociedades para um modelo democrático, os produtos jornalísticos passaram a ser lidos e noticiados. Com o surgimento da prensa e do interesse público, o jornalismo passou a ser uma profissão remunerada. Segundo o sociólogo Wilensky (1964 *apud* TRAQUINA, 2008, p. 21), há uma sucessão de

eventos no processo de profissionalização, sendo a primeira delas o trabalho em tempo integral. Assim, surgiu a profissionalização do jornalista.

Segundo Lage (1979), a publicidade também foi essencial para o avanço do jornalismo no final do século XIX. Ela permitiu a diminuição do preço dos periódicos, tornando acessível o alcance da população recém-alfabetizada. Conforme Traquina (2008), durante esse século, o “campo jornalístico” estabeleceu um formato nas sociedades ocidentais com o avanço do capitalismo e de outros processos, como a educação em massa, urbanização e a tecnologia.

De acordo com Traquina (2008, p. 20) o jornalismo em si é essencial para o andamento de uma sociedade.

As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social.

De acordo com Bourdieu (1998, p. 36 *apud* TRAQUINA, 2004, p. 30), os jornalistas "partilham estruturas invisíveis, “óculos”, através das quais veem certas coisas e não veem outras.". Essas estruturas fazem com que as notícias, sejam produzidas a partir de um ponto de vista pessoal do jornalista. Bourdieu também destaca que considera que "o jornalismo acaba por ser uma parte seletiva da realidade" (TRAQUINA, 2004, p. 30).

Para compreender o fazer jornalístico, é necessário o entendimento das práticas e conceitos que fundamentam essa produção.

A objetividade “consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem” (LAGE, 1979, p. 24). Através do uso da objetividade, o jornalista, ao produzir uma notícia, extrairia o mais relevante da informação para torná-la clara aos leitores. Conceitos como objetividade, durante o período de expansão do jornalismo, não eram priorizados na área justamente pelo fato da produção jornalística ser um instrumento político.

A adoção da objetividade começou no século XIX. Segundo Amaral (1996, p. 25), isso se estabeleceu "com a lenta e persistente adoção e discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional de captação e transmissão de notícias". Por outro lado, Lage (1979, p. 25) a objetividade é a maneira que o jornalista observa a realidade.

A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar aparências e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos.

Meditich (1992, p. 31) vai ao encontro da concepção de objetividade que Lage propõe em sua análise

Isso não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto.

Até o início do século XIX, a imprensa estava em transição de um modelo político-partidário para a comercialização. Com o intuito de abranger um número maior de público e, conseqüentemente, gerando mais lucro e visibilidade, “aquilo que ganharia o nome de objetividade passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia” (AMARAL, 1996, p. 26).

Amaral seleciona quatro principais acontecimentos que colaboraram para a adesão da objetividade como um dos princípios do jornalismo. Primeiramente, a criação de agências de notícias, do qual tinha o propósito de vender o máximo de notícias para órgãos públicos e/ou instituições. Com isso, os textos deveriam ser neutros e imparciais. Em contrapartida, diferentes jornais criaram a *Associated Press*, a qual produziria coberturas e matérias sobre diversos acontecimentos e de baixo custo. De acordo com Amaral (1996, p. 28) a norma era produzir notícias “com a maior isenção possível na escolha e redação das matérias que distribuía” (AMARAL, 1996, p. 28).

O desenvolvimento industrial foi um dos principais marcos para a deselitização da produção jornalística e instituição da objetividade como padrão. Jornais da *penny press*¹, como o *New York Sun*, foram essenciais para aumentar o alcance de público e, por conseqüência, democratizar a informação. Conforme aponta Traquina (2004, p. 50): “[...] o baixo preço destes jornais tornava-os acessíveis a um novo leque de

¹ Termo *penny press*: O autor Amaral (1996, p. 27) utiliza a expressão citada para exemplificar o que seria jornal popular ou jornal de baixo custo. *Penny* seria o centavo americano.

leitores. Há assim um novo conceito de audiência: 1) um público mais generalizado e não uma elite educada; 2) um público politicamente menos homogêneo".

As duas guerras mundiais influenciaram na questão da objetividade jornalística, possibilitando que a discussão sobre o conceito se mantivesse acesa. O debate sobre objetividade e subjetividade integrou as universidades europeias e americanas a fim de discutir a Ciência da Comunicação (AMARAL, 1996). Pensadores como Max Weber, Augusto Comte e Emile Durkheim fizeram parte dessa produção intelectual da Comunicação. Nessa época, surgiram os correspondentes internacionais, que contextualizavam os leitores a partir de uma interpretação dos fatos que eles estariam vivenciando, já que os jornalistas estariam fisicamente no local onde os fatos acontecem. "Eles abriram mais uma brecha no sistema que continuava exigindo, na retaguarda, uma apreciação rigorosa dos fatos" (AMARAL, 1996, p. 37). Os jornalistas, dessa forma, apresentavam um panorama mais completo, com maior contextualização.

A publicidade e as relações públicas também fizeram parte dessa adesão à objetividade. O embate entre a profissão de RP/publicidade e o jornalismo surgiu a partir da busca pela distinção das atividades. Com isso, os periodistas exploraram a cientificidade do fazer jornalístico, criando, assim, diversos princípios e fundamentos. Para além disso, o jornalismo se distanciou da sustentação por políticos e passou a buscar na credibilidade a forma de monetizar a produção. Sponholz (2003, p. 111) compreende que a "credibilidade é a percepção do receptor sobre a relação entre a realidade social e realidade midiática". Para além disso, a imprensa, conforme Bond (1962, p. 17), deve ser independente, ou seja, para conquistar sua emancipação, era necessário apoiar-se em bases econômicas próprias. Segundo Traquina (2004) a "independência" financeira do jornalismo foi crucial para a preservação do papel do jornalismo na sociedade.

A emergência do jornalismo com os seus próprios "padrões de performance e integridade moral" tornou-se possível com a crescente independência econômica dos jornais em relação aos subsídios políticos, método dominante de financiamento da imprensa no início do século XIX. As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas da publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, um jornalismo que privilegia os fatos e não a opinião. (TRAQUINA, 2004, p. 36)

Outro aspecto importante na objetividade é a apresentação de provas adicionais, obtidas pelo jornalista. Em seguida, o uso de aspas é frequente para eximir a responsabilidade do jornalista por aquilo que foi dito, transferindo para a própria fonte. "O uso de citações faz desaparecer a presença do repórter" (TRAQUINA, 2004, p. 140).

Lage (1982) compreende que a objetividade consiste em um abandono das interpretações feitas de um acontecimento. Ele também ressalta que "um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta" (LAGE, 1982, p. 25).

A objetividade jornalística, conforme analisa Sponholz (2003, p. 111) deve ser compreendida como "o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática". A mesma autora também discorre sobre a objetividade de determinado texto ser a percepção individual do jornalista.

Reconstruir a realidade não pode ser interpretado como antônimo de ser objetivo. A realidade que se vê nos jornais não é e não pode ser os fatos que foram observados. No entanto, ela pode e deve ser uma reconstrução que tem a realidade observada como base, como pressuposto. (SPONHOLZ, 2003, p. 113)

Não obstante, outros autores discutem sobre a dualidade entre objetividade e subjetividade. Traquina (2004, p. 139) entende que "a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade".

A imparcialidade é uma forma de apresentar apenas os fatos para o leitor, sem opinião sobre o assunto abordado. Porém, sabemos que as pessoas têm suas crenças e ideias, logo, o texto pode conter o ponto de vista da realidade do próprio jornalista. Schönhagen (1998, p. 29 *apud* SPONHOLZ 2003, p. 117) aponta que há uma série de critérios dos editores para alcançar a imparcialidade:

- a) credibilidade das fontes;
- b) neutralidade do mediador;
- c) uma mediação fiel;
- d) esta deve ser orientada nos diferentes interesses e necessidades do leitor.

De acordo com Sponholz (2003, p. 118), a imparcialidade e a objetividade se complementam:

Imparcialidade e pluralismo podem contribuir para se alcançar a realidade, ambos podem ser instrumentos de ajuda, mas não são suficientes para que se fale em objetividade. Uma notícia ou reportagem não pode ser objetiva sem ser imparcial, mas um texto jornalístico não passa a ser objetivo unicamente por ser imparcial.

O conceito e prática da imparcialidade serve também para preservar a democracia e as diversas formas de pensar na sociedade:

A exigência de neutralidade, imparcialidade ou pluralismo responde à necessidade de que o jornalismo seja o espaço em que diferentes segmentos sociais com posturas variadas e até mesmo contraditórias se encontrem para discutir os problemas que afetam a sociedade. Para que o jornalismo represente esta ágora, é preciso ser plural. (SPONHOLZ, 2003, p. 117).

Crer veemente nesses conceitos como forma de cumprir a função jornalística, é, no entanto, arriscado, uma vez que toda construção de uma reportagem se dá através de definições editoriais, conhecidas por critérios de noticiabilidade, além da influência que o jornalista absorve de sua realidade, seja da própria experiência ou do ambiente em trabalha. Seria, por fim, possível alcançar a imparcialidade, dado tantas condições de influência sobre a produção da notícia?

Atualmente, é possível constatar que a falta de imparcialidade é considerada quase uma transgressão pelos olhos do público. São eles que condenam qualquer tipo de posição tomada por veículos, uma vez que é depositado no jornalista a condição de detentor da verdade. Assim, qualquer tipo de posicionamento que possa transparecer algum tipo de parcialidade é proibido.

Na mídia, como em outras importantes instituições, aqueles que não demonstram os valores e perspectivas exigidos serão considerados 'irresponsáveis', 'ideológicos', ou de outra forma aberrantes, e tenderão a cair pelo caminho. Embora possa haver algumas exceções, o padrão é redundante e esperado (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p. 366).

Os estudos de comunicação, durante o século XX, começaram a questionar o papel do jornalismo como "espelho" da realidade. A atitude de se declarar imparcial tem sido alvo de debates que levam a crer que, ao abraçar essa posição, assume-se

também o papel de detentor da realidade. Dessa forma, confere-se a determinado veículo o compromisso de deter o ponto de vista correto e real dos fatos. Inúmeros estudiosos passaram a identificar elementos internos e externos que influenciam diretamente as publicações jornalísticas. É com facilidade que atestamos hoje que as notícias são escolhidas a partir da sua relevância social, sendo determinadas muitas vezes pelos próprios repórteres e editores a partir dos parâmetros de noticiabilidade globais e dos critérios do próprio veículo. É indispensável, também, que se analise o contexto social e econômico em que os meios de comunicação estão inseridos, a fim de identificar de que forma esse contexto influencia seus posicionamentos, coberturas e publicações.

Certamente podemos aqui concordar com Traquina (2005) quando analisa que “[...] o jornalismo acaba por ser uma parte seletiva da realidade”, dados todos os critérios de publicação de cada produção e, claro, a identificação ora ideológica, ora econômica de cada veículo. Portanto, o jornalismo, tratado como detentor da verdade embora selecione apenas uma parte do acontecimento para ser abordada, acaba por se transformar em uma grande influência na formação e percepção da realidade. Referimos nesse momento ao autor Guareschi (2000, p. 28), que diz que “[...] quem detém a comunicação, detém, na prática, o poder. Há hoje uma relação íntima, intrínseca, entre comunicação e poder. Exatamente pelo fato de que a realidade é construída pela comunicação”.

2.2 JORNALISMO E DEMOCRACIA

O Estado contemporâneo foi construído por meio de lutas sociais. O Estado Democrático de Direito, elaborado a partir dos paradigmas do Estado Liberal e do de Bem-Estar Social, estabeleceu a democracia como elemento chave para a condução dos poderes perante uma sociedade dentro de um território.

O Estado Liberal foi erguido por conta da insurgência do povo contra o modelo absolutista, o que garantiu os direitos individuais, como liberdade, vida, propriedade, direitos que protegem os indivíduos das arbitrariedades do Estado. A partir dessas garantias, os cidadãos se viram insatisfeitos com a falta de atuação do Estado na garantia de direitos básicos à subsistência do ser humano. Foi com isso que o Estado

do Bem-Estar Social se consolidou, assegurando os direitos sociais, como o trabalho, alimentação e a moradia.

Contudo, ao longo da história da humanidade, constatou-se que o Estado, ainda que garantidor de direitos, é um dos maiores violadores deles.

Diante de duas grandes guerras e, na realidade brasileira, após um regime sangrento e opressor, em que o valor do ser humano foi ressignificado a nada, os anseios da sociedade se deram no sentido de fazer parte do processo decisório das atuações estatais.

Assim, o Estado Democrático de Direito se tornou, a partir de seu elemento democracia, uma forma de conceber a soberania popular, por meio do sufrágio universal. É com ele que a sociedade escolhe seus representantes, tendo como objetivo fundamental a busca por um país social e economicamente igualitário.

O jornalismo, por si só, é um dos pilares da democracia. Traquina (2004, p. 40) atrela os avanços e expansão da mídia a novos modelos governamentais no mundo.

A expansão da imprensa foi alimentada pela crescente conquista de direitos fundamentais, como a liberdade, cerne de lutas políticas seculares que incendiaram revoltas e revoluções, valor central da emergência de um novo conceito de governo – a democracia.

A prática jornalística se retroalimenta no cerne democrático. Teoricamente, o jornalismo “[...] deve ser um veículo de informação para equipar cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão de suas preocupações [...]” (TRAQUINA, 2004, p. 129), porém a trajetória da imprensa no Brasil esboça a fragilidade da atividade em relação ao poder político.

Percebemos essa quebra ao observarmos todas as instâncias do governo atual - do presidente Jair Bolsonaro - deslegitimando a credibilidade e função social do jornalismo. Essa ruptura enfraquece a democracia, pois elas se complementam. Em janeiro de 2019, no dia da posse do presidente eleito Jair Bolsonaro, o jornal Folha de São Paulo, publicou uma matéria sobre as circunstâncias desumanas que os jornalistas foram condicionados. Segundo a jornalista Mônica Bergamo, os comunicadores não foram permitidos de caminhar em locais que normalmente são autorizados. Outra questão ponderada por Bergamo foi as intimidações advindas dos

encarregados da segurança e assessoria da posse, como por exemplo, os fotógrafos não poderiam levantar a câmera com risco de ser atingido por um *sniper*².

Estas e outras situações que os jornalistas passaram no dia da posse, representam uma transgressão sobre o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em que o artigo 2º inciso V, declara que a “[...] obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade” ou até mesmo a Constituição de 1988 que prevê no artigo 220 a “[...] manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.

Historicamente, a luta pela liberdade emergiu com a conquista da democracia como forma de governo. Conforme Traquina (2004, p. 43) a “[...] luta pela liberdade começa com a luta contra a censura de um poder político absoluto”. No livro *A Liberdade de Imprensa*, de Karl Marx, ele comenta sobre como a imprensa holandesa foi um dos pilares da Revolução Belga, em 1830. Com o intuito de separar a Bélgica da Holanda, a imprensa, por sua vez, buscou em meio a revolução, a sua liberdade, visto que ela é um fator essencial para a sociedade. Na França, um dos objetivos da revolução de 1789 foi justamente a luta contra a censura. Marx acreditava que a liberdade de imprensa era uma necessidade e censurá-la seria uma insipiência. Segundo ele, não existe jornalismo bom ou ruim, mas sim uma imprensa livre ou censurada, respectivamente. De acordo com o autor, a lei da imprensa é uma garantia, já a censura um erro. E argumentava que “[...] a imprensa censurada é a que produz efeito desmoralizador. O vício da hipocrisia é inseparável dela e, além disso, é desse vício que surgem todos os seus outros defeitos. [...] O governo ouve sua própria voz; sabe que ouve somente sua voz e exige a mesma coisa do povo”. (MARX, 2006, p. 45).

A liberdade de imprensa - no Brasil - se limita a leis que não necessariamente asseguram o jornalista e sua função. A Lei de Imprensa - Lei 5.520/67, determina alguns limites, como por exemplo, a não autorização da verdade contra o presidente da República e outros ocupantes de altos cargos, rompendo com a lógica do fazer jornalístico.

² Termo *Sniper*: se utiliza esta expressão para se referir à um atirador de elite.

Até os dias atuais, o jornalismo permanece em resistência a sua liberdade, uma vez que atos autoritários podem ocorrer em qualquer regime governamental. Para Ciro Marcondes Filho (1986), informação é sinônimo de poder. Logo, percebemos que órgãos públicos tentam obter esse poder a partir de instrumentos de controle dos meios de comunicação.

O controle da informação leva ao controle da sociedade. Este último, porém, não significa necessariamente consenso. Controlar não é o mesmo que garantir as bases desse controle. A maioria dos Estados totalitários já o demonstrou. A informação significa poder, pois uma das primeiras medidas na instalação de um governo autoritário ou totalitário é instituir o controle da informação: esse controle desnuda ao mesmo tempo a fragilidade desse poder. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 100).

O controle sobre a imprensa acompanha o Brasil desde a colonização. Em 1547, a censura portuguesa começou a dar suas caras com a promulgação do *índex librorum prohibitorum*³. Esse documento consistia em proibir a veiculação publicações que contrariavam os preceitos da Igreja Católica. Já no Brasil Colônia, Antônio Isidoro da Fonseca fundou um novo jornal que foi fechado no ano seguinte pela Carta Régia, de maio de 1811, a qual impedia a impressão de livros ou papéis avulsos. Essa intervenção resultou numa grave consequência, uma vez que ela tinha como objetivo refutar o absolutismo dos reis portugueses, fazendo assim, inexistir a imprensa naquela época.

Esse cerceamento era tão forte na época que, em 1808, o primeiro número da Gazeta do Rio de Janeiro, somente divulgava notícias da Europa. Por outro lado, o Correio Braziliense era dirigido diretamente de Londres e publicado no Brasil. Ele foi o primeiro jornal brasileiro sem a censura portuguesa. O jornal, na seção de política, criticava a Corte do Rio de Janeiro, resultando - pela primeira vez - na proibição de circulação e apreensão do jornal no país. O CB voltou a circular somente em 1809. Segundo Mattos (2005, p. 100), após isso, foi implementado no Brasil o veto à crítica, além da censura.

Somente em 1824, ao promulgar a Constituição, Dom Pedro I aboliu a censura prévia com base no artigo 179, inciso 4º, “[...] todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência

³ Termo *índex librorum prohibitorum*: a expressão provinda do latim significa “índice dos livros proibidos”. Tradução nossa.

de censura [...]”. Apesar deste decreto, sabemos que a liberdade de imprensa sempre foi restrita e breve. O jornalista e historiador Walfrido Moraes pondera que o jornalismo, independente da época, tem sua profissão ameaçada pelas autoridades.

Desde os seus primórdios, à imprensa brasileira sempre se ofereceram duas opções: ou fazer o jogo dos poderosos e viver à sombra dos governos autoritários, ou se expor quando independente, a todos os perigos diretos ou indiretos ameaçadores de sua sobrevivência. Foi assim no período colonial. Foi assim no Império. E por mais contraditório que pareça, ao longo da Primeira República, quando deveríamos começar a desfrutar dos privilégios das franquias democráticas, todos os períodos governamentais, sem exceção, foram marcados por fases de “estado de sítio”, que somados representam 1.579 dias de arbítrio com a suspensão dos direitos individuais, cujos reflexos imediatos se consubstanciaram na mais ferocíssima censura aos meios de comunicação. (MORAES, 2005, p. 88)

No período ditatorial da Era Vargas, em 1934, houve um enrijecimento da censura. Isso foi o ápice para o fechamento de jornais e prisões de jornalistas. Com a instituição do Estado Novo (1937-1945), o então presidente Getúlio Vargas endureceu a censura com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, por meio do Decreto 1.915/39. O DIP era responsável por emitir licenças para a obtenção de papel de imprensa, fazendo com que vários jornais e revistas não pudessem circular por conta de bloqueios. As empresas jornalísticas também respondiam ao DIP sobre questões de registro da empresa e funcionários. Além disso, sendo subordinado diretamente à Vargas, o departamento contava com um conselho em que punia publicações que induziam ao desrespeito de instituições e autoridades representativas do poder público. Em contrapartida, o Estadão permaneceu em oposição ao governo e, em 1940, a Polícia Militar ocupou a redação, permitindo somente a circulação do jornal com a aprovação do DIP. O Estado de S. Paulo permaneceu sob intervenção até 1945, quando o departamento começou a perder força a partir da exposição do seu caráter opressão.

Assim como no período mais turbulento da Era Vargas em relação à imprensa, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, foi marcada pela forte censura sobre os veículos de comunicação. Nesta época, redações foram invadidas, jornais foram confiscados e jornalistas presos. Como sabemos que muitas vezes a história se repete, em agosto do mesmo ano, soldados do exército e a PM foram peça-chave para a invasão e impedimento da veiculação de matérias que apoiavam a presidência de Jango.

Após o golpe militar de 1964, além de outorgar atos institucionais e a Lei de Imprensa, o primeiro presidente do governo ditatorial, Castelo Branco, aprovou a nova Lei de Segurança Nacional que consistia em proibir “[...] ações e propaganda no campo político, econômico, psicossocial e militar ‘que influenciem ou provoquem opiniões, emoções, atitudes e comportamento contra a consecução de objetivos nacionais’”. (DULLES 2000, p. 480 *apud* MATTOS 2005, p. 114).

Castelo Branco, em meados de 1967, sancionou uma nova Lei de Imprensa na qual admitia a apreensão de jornais e revistas pelo Ministério da Justiça. Não obstante, em 1968, com a homologação do AI-5, o endurecimento da censura foi exposto de forma bruta. Com mais de 200 prisões e torturas à jornalistas - como por exemplo, um dos mais emblemáticos, o Caso Herzog - o controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa acarretou a limitação da produção de conteúdos jornalísticos de qualidade e, por fim, ocasionou a manipulação da opinião pública por conta da ausência da liberdade de imprensa.

Destarte, até a decretação da Constituição de 1988, a Polícia Federal manteve mais de 250 censores para fiscalizar jornais, revistas e até programas de televisão. Apesar das garantias dadas pela Constituição de 88, ainda existe uma constante perseguição à imprensa no Brasil. Podemos relacionar essa repressão com casos atuais de autoridades como, por exemplo, o presidente da República Jair Bolsonaro em que, após sua eleição, ameaçou cortar verbas publicitárias aos jornais que não estivessem aliado à sua ideologia.

3 O JORNALISMO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE 64

Ao longo da história do Brasil, o Estado foi constituído por diversos golpes. Desde 1500, com a invasão dos portugueses ao Brasil até a Ditadura Militar, a fragilidade de um governo democrático no país é o primeiro passo para entender o porquê de uma série de retiradas de direitos e subversões de princípios. Viegaz comenta que “[...] as estruturas fragilizadas foram determinantes, com grande prevalência de pequenos períodos democráticos e grandes períodos de arbítrios aos desígnios Constitucionais” (2014, p.30).

Em paralelo a isso, o jornalismo foi um forte aliado do golpe militar de 1964. Com editoriais e reportagens exigindo a derrubada do então presidente João Goulart, os fundamentos e conceitos do fazer jornalístico foram violados em prol de um governo militar que censurou e limitou uma das principais funções da atividade: informar de modo qualificado.

3.1 O GOVERNO JANGO EM QUEDA LIVRE

Candidato à presidência da República, Jânio Quadros foi eleito democraticamente em 3 de outubro de 1960, sendo seu vice-presidente João Goulart. Após sete meses de governabilidade, o então presidente Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961.

Em meio à crise política e econômica estabelecida - também - pela renúncia de Jânio, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assume a presidência. Juntamente a ele, formou-se uma Junta Militar composta pelos três ministros militares - do Exército, Marinha e Aeronáutica. De acordo com Gomes e Ferreira (2014, p. 30)

Sem declaração formal, o Brasil estava sob estado de sítio. Nesse contexto, o presidente em exercício enviou mensagem ao Congresso Nacional, comunicando que a Junta Militar lhe manifestara a “inconveniência” do regresso ao país do vice-presidente. Sobretudo, a “inconveniência” de sua posse na presidência da República, chegando a aventar que, se Goulart chegasse ao Brasil, seria preso. Uma declaração que valia, na prática, por um golpe de Estado, pois se opunha frontalmente à posse do vice-presidente legitimamente eleito.

No Rio Grande do Sul, o então governador, Leonel de Moura Brizola, liderou a Campanha pela Legalidade, a qual consistia em resistir ao golpe civil-militar que estava em curso, bem como em mobilizar a população a favor da legalidade da posse de João Goulart à presidência. Em contrapartida, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, do UDN, apoiou ostensivamente os militares. Diversas entidades militares - principalmente o DOPS - foram às ruas a fim de dispersar quaisquer manifestações em prol da posse de Goulart.

Segundo Gomes e Ferreira (2014), “[...] Lacerda submeteu o estado de Guanabara a dura repressão política, sendo a única liderança civil de expressão a apoiar os ministros militares”.

Após cinco dias de resistência, em 1 de setembro de 1961, Jango chegou à Porto Alegre e, na madrugada do dia seguinte, a Emenda Constitucional nº 4, que estabelecia o parlamentarismo, foi aprovada no Congresso Nacional a fim de empossar João Goulart com poderes reduzidos. No decorrer do seu mandato, Jango defendeu as reformas de base, estabelecendo assim, aversão entre as classes predominantemente poderosas econômica e socialmente do Brasil, sendo elas grandes empresários e latifundiários.

Em meio a isso, o golpe se sistematizava no Brasil. De acordo com Fico (2004, p. 15)

O golpe, porém, dependia de iniciativa propriamente militar, e as evidências de que dispomos apontam certa tibieza da parte dos oficiais-generais de fato importantes, que esperavam uma iniciativa marcadamente ilegal de João Goulart para que fosse possível convencer comandantes de grandes unidades militares a marcar sobre o Rio de Janeiro e controlar Brasília.

João Goulart, durante os quatorze meses de trabalho junto a um sistema de governo parlamentarista, viveu uma verdadeira “corda-bamba” na missão de provar sua respeitabilidade. Com isso, ele adquiriu certa aprovação popular na realização do plebiscito para a abolição do Ato Adicional.

No contraponto da meta de Jango - de recuperação de seus poderes presidenciais plenos -, estavam seus opositores mais influentes. Eles eram caracterizados pelos militares antigetulistas que, vale lembrar, já haviam conseguido sua demissão junto ao Ministério do Trabalho, em 1954. Skidmore (1982, p. 264-265) atesta que

O problema de Jango com a oposição militar era muito maior do que o de Juscelino em 1956. Juscelino teve que isolar uma minoria de oficiais extremistas, mas Jango enfrentava uma oposição mais entrincheirada e ampla, que já lograra privá-lo da plenitude dos seus poderes presidenciais. Jango era presidente num sistema parlamentar. Sua autoridade fora diluída pela existência de ministros que podiam ser legalmente forçados a deixar suas pastas somente com a desaprovação do Congresso.

Para além disso, Goulart enfrentou uma série de problemas ao tentar estabilizar o cargo de Primeiro Ministro após a renúncia de Tancredo Neves. O Congresso já havia rejeitado a designação de San Tiago Dantas ao cargo e Moura Andrade, apenas quarenta e oito horas após sua nomeação ao Ministério, renunciou.

Com a indicação de dois nomes de vertentes políticas opostas - um petebista e um pessedista -, Jango agitou o Congresso e, principalmente, o Exército, que já se inquietava com a falta de estabilidade em Brasília. Após a renúncia de Moura Andrade, as Forças Armadas Brasileiras entraram em estado de alerta.

Em meio ao cenário caótico que se desenhava em Brasília, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a CNTI, declarou greve geral. Assim, acabou por paralisar os transportes nas grandes cidades. No mesmo dia, os líderes operários voaram à Brasília, oportunidade em que Jango os convenceu de voltar ao trabalho.

Tratava-se de uma novidade na política brasileira: o presidente negociando com líderes operários que por sua vez dependiam dos impostos sindicais cobrados pelo governo e da aprovação do Ministro do Trabalho para manter suas posições (SKIDMORE, 1982, p. 268-269).

Jango utilizou-se da crise - política e civil - para encorpar seu discurso pró-presidencialismo, ou seja, apenas com poderes presidenciais plenos o Brasil seria posto de volta aos trilhos. Nesse meio tempo, Brochado da Rocha, pessedista já conhecido em âmbito nacional, fora indicado ao cargo de Primeiro Ministro.

Um dos atos mais significativos de Brochado foi a convocação de um plebiscito antecipado, com a finalidade de decidir quanto à manutenção - ou não - do sistema parlamentarista de governo. Outrora marcado para os primeiros meses de 1965, Brochado apresentou uma lei que anteciparia o plebiscito para dezembro de 1962, gerando conflito no Congresso.

Em agosto de 1962, o Primeiro Ministro fez um pedido ousado ao Congresso, requereu que fosse dado ao gabinete o poder de legislar por decreto, o que fortaleceria

a voz do executivo. As irresignações vieram tanto da esquerda quanto da direita. De acordo com Skidmore (1982, p. 270).

Da direita vieram os ataques - de Lacerda e do radicalismo udenista. Acusavam o regime de Jango de estar comprometido com os comunistas e de tramar um golpe. Conceder plenos poderes ao presidente, assim como autoridade especial aos seus ministros, apenas ajudaria seus propósitos "subversivos". Na esquerda, havia a voz de Brizola, que ameaçava o Congresso com intervenção armada, caso não aprovasse a lei marcando o plebiscito para dezembro.

Para conseguir de maneira efetiva a antecipação do plebiscito, Jango precisava do apoio de uma das classes mais importantes do governo, os militares. Foi nomeando uma série de generais "nacionalistas" a cargos importantes que João Goulart conseguiu apoio público para a antecipação da votação. Estabeleceu-se, assim, a data limite de abril de 1963 para resolver a questão.

Em setembro de 1962, devido a diversas discordâncias em relação a questão do plebiscito, o gabinete de Brochado da Rocha renunciou. Ato contínuo, fora nomeado Hermes Lima para o cargo de Primeiro Ministro. Dias antes da renúncia de Brochado, entretanto, o Congresso firmou a data de 06 de janeiro de 1963 para a realização do plebiscito.

Com a fração de cinco para um, no dia 06 de janeiro de 1963, a população brasileira votou contra a manutenção do sistema parlamentarista de governo e a favor do retorno ao sistema presidencialista. Conforme Skidmore (1982) "[...] Jango podia agora entrar para a história com todos os direitos, como um verdadeiro presidente".

Em que pese agora gozasse de todos os poderes que fazem jus um presidente, o governo Jango estava fragilizado e, devido a uma série de manobras políticas que visavam reestruturar o governo - a fim de que a base parlamentar tivesse a formação centro-esquerda, João Goulart acabou por se distanciar da esquerda. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 195) "[...] devido a essas circunstâncias, é importante lembrar que toda carreira política do presidente se fizera com o apoio das esquerdas e do movimento sindical".

Apesar da aprovação - na Câmara de Deputados e Senado - de diversos projetos advindos do Poder Executivo, tais como Estatuto do Trabalhador Rural e o Plano Nacional de Educação e, da atuação do governo junto aos setores de educação, energia, comunicação e legislações trabalhistas, Jango não conseguia desvencilhar

sua imagem de um governo engessado e, por vezes incapaz, fator que acabou por atrapalhar o trabalho da oposição. De acordo com Skidmore (1982, p. 311)

A evidente fraqueza de Jango tornou difícil aos seus inimigos, que conspiravam na área militar, aliciando seus colegas céticos bem como a opinião centrista, procurando convencer a uns e outros que o presidente era um antidemocrata a provocar o caos para justificar sua pretensão a poderes autoritários.

Com duas agendas políticas bastante distintas, o ano de 1963 ficou marcado pela disputa entre esquerda e direita. De um lado a esquerda, representada por Leonel Brizola, que entendia ser admissível “atropelar” o Congresso em prol das reformas de base. Do outro lado a direita, representada por Carlos Lacerda, que trabalhou fervorosamente para desestruturar o governo de João Goulart.

O ápice da polarização política se deu quando Lacerda concedeu uma entrevista ao jornal americano *Los Angeles Times*. Na oportunidade, o governador de Guanabara declarou que a governabilidade do presidente estava tão desgastada que os militares não sabiam se era - segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 442) - “[...] melhor tutelá-lo [a Jango], patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente”.

Após a entrevista, João Goulart reuniu seus ministros e requereu ao Congresso que fosse decretado estado de sítio no país, com a finalidade de poder intervir em Guanabara. O pedido foi rechaçado pelos governadores, que não admitiriam atos de exceção em seus estados e, até mesmo a esquerda temeu que as medidas fossem usadas contra elas.

A autoridade de Jango ficou abalada com a derrota no Congresso. E esta não era a primeira crise a pôr em cheque sua competência. Cerca de um mês antes, em 12 de setembro de 1963, centenas de fuzileiros, soldados, sargentos da Marinha e Aeronáutica, revoltados com os rumos do governo, invadiram a Base Aérea e o Ministério da Marinha, além de ocupar o prédio do Supremo Tribunal Federal, mantendo cativo, por algumas horas, o ministro Victor Nunes Leal, presidente do Supremo.

O ato de insubordinação não durou muito tempo, comandantes militares enviaram tropas à Brasília e puseram fim à rebelião. Durou, entretanto, o suficiente para que os efeitos catastróficos fossem sentidos pelo governo.

Foi um choque para a oficialidade o ataque à disciplina militar e a facilidade com que era possível isolar a capital da República. E tão chocante para os quartéis quanto a insubordinação dos sargentos seria a reação de Jango, que assumiu posição de neutralidade - sem defender nem atacar os rebeldes - e silenciou diante do apoio aos sargentos expressado pela maioria das forças de esquerda (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 443)

O ano acabou bem diferente - diga-se o extremo oposto - do que fora janeiro para Jango. Em dezembro de 1963, o PIB brasileiro apontava um crescimento de menos de 1%, além de uma inflação de cerca de 73%. Não demoraria muito para que 1964 desse os primeiros sinais do que seria o futuro de João Goulart no governo.

Já em janeiro de 1964, o presidente conduziu a solenidade de assinatura do convênio entre a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e os ministérios militares. Pouco tempo depois, ainda em janeiro, Jango assinou outra medida que integrava o programa das esquerdas, regulamentando a Lei de Remessa de Lucros. A referida lei chocava-se aos interesses dos investidores estrangeiros, o que contribuiu para o surgimento de boatos de que Jango ainda iria arquitetar o controle do câmbio.

Os discursos e a propaganda anticomunista começaram a se espalhar e ganhar adeptos, ante as exigências da ala de esquerda por medidas nacionalistas e reformistas. Tomariam ainda mais força com os acontecimentos recentes do governo, tais como o crescimento do movimento grevista; a rebelião militar; o pedido frustrado de estado de sítio e, por fim, a assinatura do decreto da SUPRA e da Lei de Remessa de Lucros. Conforme Ferreira e Gomes (2014, p. 227), “[...] a partir desse conjunto de eventos, os grupos direitistas conseguiram fazer ecoar, com maior amplitude, seu discurso atemorizador do anticomunismo”.

A figura do presidente não era mais tida como equilibrada, pelo contrário, Jango passou a caracterizar os perigos que o país corria. De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p. 227) “Se o presidente rumava à esquerda, a direita rumava para o golpe”.

O declínio crucial de Jango se deu em março, numa sexta-feira 13. Durante o Comício da Central do Brasil, o discurso do presidente escancarou a fusão das esquerdas junto ao governo. João Goulart anunciava o fim da era das conciliações e o início das reformas.

Para além disso, dois dias depois o presidente direcionou ao Congresso a Mensagem Anual da Presidência, a qual definia a agenda das reformas e solicitava um plebiscito para a aprovação, além de requerer a delegação dos poderes de legislar para o Executivo. A Mensagem propunha também modificações no texto da Constituição de 1946.

A atitude de Jango assustou os parlamentares, que temiam cada vez mais um golpe dado pelo presidente. Pela imagem que passava, João Goulart poderia decidir, da noite para o dia, acabar com o Congresso e centralizar poderes excepcionais no executivo, além de realizar mudanças que facilitassem uma possível candidatura de Brizola, impossibilitado de concorrer devido ao vínculo familiar com o presidente.

É verdade que Brizola não escondia a ambição de governar o país e que Jango provavelmente gostaria de se reeleger. Também é verdade que os dois propunham realizar fundas alterações constitucionais. Mas, até então, era só discurso, e a linguagem radical entrava na conta da disputa política. Já com a mensagem ao Congresso, tudo mudava: ela amplificava o comportamento de ambos e sugeria que nada mais parecia inibir a atuação do presidente - e, a qualquer momento, ele poderia sair da legalidade que o sustentava (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444).

Após o discurso estarrecedor do presidente, no dia 19 de março de 1964, meio milhão de pessoas marcharam nas ruas de São Paulo - da praça da República até a praça da Sé - num ato organizado pelo IPES através da União Cívica Feminina, denominado Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A marcha tinha como objetivo apresentar uma resposta à fala de Jango no Comício, bem como fazer um apelo eloquente à intervenção das Forças Armadas.

Mesmo ante a tragédia anunciada, João Goulart manteve-se inerte. Conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 444) “[...] a marcha que parou São Paulo era a comprovação de que se consolidara uma frente de oposição ao governo, com capacidade de mobilização e composição social heterogênea”.

Em 25 de março de 1964, durante o descanso do presidente no feriado da Semana Santa, o Ministro da Marinha mandou prender cerca de quarenta marinheiros e cabos que organizaram a cerimônia de comemoração do segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

A associação - que possuía caráter sindical - fora criada com o intuito de lutar por condições dignas de trabalho para os marinheiros integrantes da Marinha de

Guerra, que viviam sob a égide de regulamentos absurdos, tais como a proibição de sair nas ruas trajando roupas de civil e se casar sem autorização prévia.

Após a ordem de prisão exarada pelo então Ministro da Marinha Sílvio Mota, o motim estourou. Cerca de 3.600 marinheiros se uniram na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro e de lá não saíram pelos próximos três dias. Exigiam o reconhecimento da entidade e a revogação das punições.

Com adesão total, os marujos realizaram diversos atos com a finalidade de frustrar a saída de embarcações do porto. O cenário saiu de controle, entretanto, quando 26 dos 500 fuzileiros enviados para conter a revolta dos marinheiros largaram suas respectivas armas e capacetes e se juntaram ao motim.

Jango colocou um ponto final em seu governo no dia 27 de março quando, em seu retorno ao Rio de Janeiro, nomeou outro ministro e tomou o controle das negociações. Naquele momento, o presidente decidiria - pela tarde - liberar os marujos e os declarar anistiados.

O espetáculo dos marinheiros insubordinados marchando eufóricos pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, em direção ao Ministério da Guerra, calou fundo nas Forças Armadas e deixou estarecida a oficialidade. A interpretação era unânime: o que sucedera na Marinha fora quebra de disciplina, rompimento do princípio de hierarquia e desmoralização do comando. O episódio sacudiu os quartéis, e os integrantes do Ipes admitiram a possibilidade de o golpe estar próximo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 445-446).

Por conseguinte, o discurso proferido por João Goulart no dia 30 de março no Auditório do Automóvel Clube - em Cinelândia - fora seu último. Na madrugada deste mesmo dia, Olympio Mourão Filho, general comandante da 4ª Região Militar em Minas Gerais rumou com sua tropa em direção ao Rio de Janeiro, invadindo o Ministério da Guerra e derrubando o governo de João Goulart.

3.2 OS JORNAIS E SEUS POSICIONAMENTOS DURANTE O GOLPE

Ao longo da história, consegue-se verificar que os meios de comunicação possuíam caráter fundamental na formação do imaginário de seus receptores. Para além disso, pode-se considerar, de forma contundente, que a imprensa teve - e tem - papel fundamental no desenrolar de diversos acontecimentos históricos.

A força da imprensa vai ainda mais além, a ponto de se poder falar em autonomia, quando se considera sua capacidade de encaminhar o debate sobre determinados temas, de formular e impor uma agenda, e dessa forma interferir no rumo dos acontecimentos, obrigando outros atores ou instituições a se posicionar. Muitas vezes, realmente, pode-se dizer que, sem a participação da imprensa, desfecho de um determinado processo ou acontecimento poderia ser totalmente diferente (ABREU, 2004, p. 15)

Com a instauração do regime militar não foi diferente. Não se pode esquecer que, de fato, grande parte dos jornais apoiaram a posse de Jango em 1961, defendendo e até mesmo argumentando em prol da manutenção democrática do presidente.

Grande parcela do apoio ao governo por parte dos veículos de comunicação se deu embutida de interesse financeiro. Isto porque, ainda sob o comando de Jânio Quadros, fora publicada a Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito, a SUMOC, que acabou com o custeio do papel do jornal, outrora financiado pelo governo.

Com isso, muitos periódicos se viram cada vez mais à beira da falência, uma vez que os custos do produto eram muito altos. O referido corte teve papel fundamental na mudança de posicionamento de alguns jornais que, para não fechar as portas, passaram a se aproximar do governo.

Um dos principais exemplos do reflexo da Instrução 204 nas redações, se deu com a mudança brutal de linha ideológica do jornal O Diário de Notícias, que vinha de uma forte tradição antigetulista. Entretanto com a crise financeira pela qual atravessava, bem como os gastos com a construção de sua nova sede, não poderia arriscar a se opôr ao governo Jango e acabar sem apoio financeiro algum.

Com o jornal Diário Carioca não foi diferente. Outrora grande opositor do governo Vargas, o periódico apoiou João Goulart durante todo seu governo, e foi assim, inclusive, que conseguiu passar pelo grande enfraquecimento econômico da época, que se agravou - também - pelo aumento do custo do papel.

Entretanto, com o “descarrilamento” do governo de João Goulart, e as inclinações presidenciais pendendo à esquerda, as grandes mídias da época passaram a acompanhar as ideias e os discursos que se formavam. Entre tais discursos, estavam aqueles que pregavam como única solução a “intervenção militar”, tamanha a crise - leia-se social, política e financeira - que assolava o país.

O apoio da imprensa ao golpe midiático-civil-militar tornou-se explícito a partir do Correio da Manhã, com um editorial reivindicando a derrubada do então presidente João Goulart. Segundo Silva (2017, p. 32), o jornal foi um dos pioneiros para a ascensão do golpe com apoio da mídia tradicional.

O golpe de 1964 foi midiático-civil-militar. Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros. Um dos mais ferrenhos estimuladores do golpe foi o jornal carioca Correio da Manhã, que rapidamente perceberia o erro e passaria à oposição, perecendo durante o regime militar. Em editoriais sucessivos, em 31 de março e 1º de abril de 1964, o Correio da Manhã destilou o seu golpismo visceral. No ataque intitulado “Basta!”, decretou: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!”.

Assim como o CM, diversos jornais com viés conservador e reacionário apoiaram o golpe militar. De acordo com Larangeira (2014), os principais periódicos do Rio de Janeiro daquela época foram a favor do golpe, ignorando questões legais e constitucionais a fim de incentivar a retirada de Jango do poder.

Pouco antes de começar o cerceamento do regime militar, a Folha de S. Paulo publicou um editorial sobre a ideologia do presidente ser o estopim para a destruição das instituições democráticas. Após a conquista dos militares ao poder, a Folha divulgou um artigo celebrando o primeiro ano do regime.

“Duas coisas ninguém sinceramente negará: a oportunidade do movimento de 31 de março, que em tempo deteve a acelerada marcha do país para anarquia, e o saldo favorável que a Revolução apresenta, ao fim de um ano caracterizado por não poucas dificuldades”, publicado na edição de 31 de março. O editorialista destacava o clima ordeiro, a adequação da política econômico-financeira e o respeito do presidente da República à liberdade de opinião e crítica. Elogiava a agilidade nas ações do Executivo federal proporcionada pelo A-I, recomendava a aproximação com os estudantes e trabalhadores - “campos onde ainda medram dúvidas e ressentimentos” - e citava a diferença crucial na comparação com o governo anterior: a inexistência de greves: “Há calma, agora, para o trabalho sem que estejam esquecidos os interesses dos trabalhadores”. (LARANGEIRA, 2014, p. 122-123)

Apesar de muitos jornais admitirem o erro de apoiar um governo autoritário, a Folha de S. Paulo, em 2009, afirmou ter sido uma época leve e a chamou de “ditabranda”.

Já o Jornal do Brasil, no dia 31 de março noticiou que o então presidente João Goulart teria participado de uma reunião de sargentos e discursado demagogicamente a fim de incentivar a divisão das Forças Armadas. Em 1º de abril de 1964, o mesmo jornal comemorava a instauração do regime militar no Brasil, alegando que a verdadeira legalidade estaria instalada no país. De acordo com Silva (2017) o JB usaria seu poder de comunicação para convencer os leitores de que os militares acabaram com o comunismo no Brasil e estariam nos salvando desta ameaça. Mesmo durante o período do AI-5, em 31 de março de 1973 - nove anos após o início da ditadura militar - o jornal permanecia de mãos dadas com o regime. No editorial desta data, comemorou-se a “revolução brasileira” graças aos militares e tornando-se um país referência em responsabilidades.

O periódico O Globo também contribuiu para a concretização do golpe. Segundo Larangeira (2014), foram 175.000 tiragens durante o ano de 1964, articulando e apoiando a construção do golpe militar. Conforme Silva (2017, p.39), em 2 de abril, o jornal publicou um editorial comemorando a queda de Jango e a ascensão de um governo autoritário

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes aos seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições [...]. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

Fundado em 1925 por Irineu Marinho, o periódico faz parte da Rede Globo de Comunicações. Em 1984, o jornal publicou um artigo afirmando que apoiou editorialmente o regime militar - desde 1964. Porém, somente em 2013, O Globo se pronunciou sobre o erro de ter apoiado as Forças Armadas. Apesar de afirmarem que a anuência foi um equívoco, o conteúdo da nota reforça uma ideia de que não havia outra alternativa além de apoiar os militares. Durante a leitura, percebemos a forma que o periódico se utilizou para sustentar a sua escolha editorial a partir da justificativa de que Jango estava articulando um golpe de esquerda.

Todavia, em outubro de 1963, O Jornal, O Globo e o Jornal do Brasil fundaram a Rede da Democracia. Com a formação desse grupo, os ataques e discursos de ódio sobre Jango tornaram-se peça chave para a derrubada do Governo. Para isso, eles defendiam o posicionamento reacionário e abdicaram da imparcialidade de sua imparcialidade a partir da justificativa de que a crise institucional no País tornava necessária essa mudança.

A Rede da Democracia – que vai hoje ao ar pela primeira vez – não terá colorido político-partidário. Inspira-se nos mais puros sentimentos de patriotismo e na preocupação com o destino nacional em tão grave momento da vida brasileira. (SILVA, 2007, p. 132).

Na tentativa de se manter isento, o Diário de Minas, acabou sendo sufocado pelos golpistas. O redator-chefe Guy de Almeida foi preso já no início da ditadura militar. O motivo da prisão era claro: não apoiou fortemente o golpe. Por isso, foi condenado a 8 anos de prisão por subversão e exilou-se no Chile. Em contrapartida, o jornal Estado de Minas defendeu as Forças Armadas com unhas e dentes. Com o argumento de Jango ser comunista e os militares os guardiões da democracia, o veículo festejava a derrubada de um governo democrático para a chegada de uma ditadura. O Diário - jornal católico mineiro - não só apoiou o golpe e regime militar, como também ignorou a destituição legal ou ilegal do governo Jango. Segundo o jornal, em um editorial em 2 de abril, “[...] o que resta fazer, a reconstrução dos destroços deixados pelo infeliz período que chega ao seu epílogo, pode ser conseguido com calma, decisão e energia” (LARANJEIRA, 2014, p. 109). Com o apoio árduo da imprensa brasileira, o caminho conservador e autoritário já estava traçado.

Na mídia tradicional, o *Última Hora* foi contra o golpe. A única sede que ainda não havia fechado foi a gaúcha. O jornal, após a concretização da ditadura, se tornou resistência no meio jornalístico. Samuel Wainer - dono do periódico, noticiou sobre as diversas formas de oposição ao regime, como por exemplo, a RNL formada por Brizola, em que a “Prefeitura será o QG da Legalidade”. O jornal não conseguiu se manter por muito tempo naquela época e, em 24 de abril, anunciou uma reformulação a qual nunca ocorreu.

Passados 34 dias após o golpe, Ary de Carvalho fundou a Zero Hora no Rio Grande do Sul. O jornal se declarava independente e sem vínculos políticos, mas alguns dias em seguida o ZH publicou um editorial em prol da ditadura.

Os comunistas optaram então pela criação do desespero e da inflação. Por isso, o governo deposto emitia bilhões e bilhões de Cruzeiros, desvalorizando deliberadamente o poder aquisitivo da nossa moeda para assim, lançar dúvidas sobre as instituições democráticas. Foi contra esse caos pré-fabricado que se ergueram unidos o povo brasileiro e suas forças armadas. (ZERO HORA, 1964 apud CAUDURO 2016, p. 63)

A ZH também se utilizava do discurso do comunismo tomar conta do país com Jango no governo e a única salvação seria as Forças Armadas assumindo o poder.

O Correio do Povo foi parceiro de Brizola e Jango no movimento da Legalidade em 1961. Porém, em 1964, decidiu apoiar os militares. Apesar de não destilar ódio ao governo do então presidente Jango, o jornal sutilmente defendia os golpistas com o discurso de que a tomada do poder teria sido a melhor solução para o Brasil. Após o golpe, o periódico mostrou uma nova face. Com editoriais e até matérias de capa enaltecendo o novo regime, o periódico fez da ditadura um ato heroico na História.

Os jornais fizeram um trabalho ostensivo para deslegitimar e disseminar a ideia de terror sobre o governo de Jango.

A imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel na preparação e legitimação de golpe de 1964. Usou todo o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional. O trabalho intelectual dos jornalistas consistiu numa operação de guerra retórica para desqualificar “as reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunista. (SILVA, 2017, p.11-12)

O cerceamento acerca de jornais tradicionais e alternativos que se opuseram ao golpe e a ditadura foi violento. Com a perseguição a estes periódicos, especialmente no momento antecedente a ditadura militar em si, o jornalismo se transformou numa ferramenta de resistência às forças militares que queriam sufocar a democracia e, acima de tudo, a liberdade de imprensa.

3.2.1 O Estadão: o caso de relações ambíguas com a democracia

Em 4 de janeiro de 1875, o jornal Estadão surgia como A Província de São Paulo. Com o intuito de reagir a monarquia e a escravidão, Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense optaram por fundar um diário de notícias. Após a proclamação da República, em 1890, o jornal passou a se chamar O Estado de S. Paulo, mais conhecido atualmente como Estadão.

O Estadão foi a fim de combater e lutar por questões sociais, especialmente em relação ao abolicionismo, porém, defendendo a elite agrária. Atualmente, mantém uma linha ideológica liberal e conservadora assim como no período pré-ditadura, onde apoiou uma intervenção militar transitória para combater o “comunismo” naquela época.

Historicamente, em 1885 Júlio César Ferreira de Mesquita entra para o jornal como redator-gerente. Pouco tempo depois foi promovido para codiretor do Província de São Paulo. Em 1891 ocorreram as eleições para o Senado e Mesquita tornou-se diretor do jornal. Em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República, o periódico passou a se chamar O Estado de S. Paulo.

A censura ao Estadão surgiu antes mesmo da ditadura militar. A Revolução de 1924 foi uma revolta tenentista, em que as forças militares lutavam pela reestruturação do Exército Brasileiro e, por consequência, pelo desgaste político do governo oligárquico do presidente Artur Bernardes. Durante a revolta, o jornal foi censurado por se manter neutro sobre o fato, deixando de circular por 12 dias.

Em 1956, o Estadão novamente é censurado pelo governo. Após uma publicação do manifesto de Carlos Lacerda, o dono do jornal Júlio de Mesquita Filho, denuncia a arbitrariedade à Associação Interamericana de Imprensa (AII).

O Estadão apoiou publicamente a queda do então presidente João Goulart, durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Com um viés político liberal, o jornal fez um extenso trabalho para a derrubada do governo e consequentemente a ascensão das Forças Armadas.

Observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart, apontando para as possibilidades de continuísmo presentes atrás de manobras do presidente; conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído. (AQUINO, 1999, p. 42)

A autora, na sequência, ainda conclui que “[...] tomando os editoriais que sucedem o movimento armado de derrubada do presidente, nota-se que OESP não somente apoia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional” (AQUINO, 1999, p. 42).

O jornal tornou-se oposição à ditadura em meados dos anos 60, principalmente no momento vigente do AI-5, em que se utilizou de diversos meios já aqui citados - como poemas e sessões em branco, para expor à sociedade a censura em que os meios de comunicação estavam inseridos.

A censura, desde os primórdios do regime ditatorial, já se fazia presente, sendo, inclusive, a base que sustentava o poder dos militares, no sentido de reter o conhecimento do povo sobre os acontecimentos, silenciando qualquer fala, escrita, pensamento que denunciava ou criticava o Estado brasileiro da época.

O Estado de S. Paulo, plano de fundo desta pesquisa, foi impedido de circular antes mesmo de ser anunciado o Ato Institucional nº 5 - que visava principalmente a censurar a imprensa e os meios de comunicação. Em 13 de dezembro de 1968, a censura se instalou dentro das redações do Estadão e do Jornal da tarde - filial do O Estado de S. Paulo, sendo o jornal considerado um dos pioneiros em relação à revolução gráfica e reportagens de qualidade.

O cerceamento permaneceu até janeiro de 1969, período em que tal vigilância passou a ser exercida à distância. De acordo com Aquino (1999), de 29 de março de 1973 a 3 de janeiro de 1975, o Estadão teve 1.136 textos cortados.

Os anos de censura começaram a ficarem mais duros entre 1970 a 1974. O Estadão, em contrapartida, começou a publicar verso dos Os Lusíadas, de Camões e receitas de bolos no lugar de notícias censuradas a fim de denunciar a arbitrariedade aos leitores.

3.3 A DITADURA: DE 1964 AO AI-5 E O CASO HERZOG

Com o golpe em 1964, instaurou-se no Brasil um modelo político fundamentado no fortalecimento do Poder Executivo, intervindo no Poder Judiciário, restringindo a atuação do Poder Legislativo, controlando, mediante censura, os meios de

comunicação e exercendo repressão política em face dos cidadãos, por meio de sanções de atos institucionais.

Os Atos Institucionais são tipos de atos da ordem legislativa. A dessemelhança desse padrão e o traço distintivo desse modelo são a possibilidade de modificação constitucionalmente deferidas às pessoas estatais e aos poderes governamentais, por ato relativamente irrestritos do Poder Executivo. Dessa forma, os atos eram deliberados a partir do que o governo enunciava como programa de reformas da Revolução⁴ vitoriosa. Ou seja, era uma possibilidade de o Poder Executivo transformar o texto constitucional conforme seus próprios interesses e momentos políticos. No período ditatorial, foram 17 atos baixados.

Contudo, antes de adentrarmos na questão procedimental das formas de governo dos militares de 1964 a 1968, é importante dar continuidade ao levantamento histórico dos acontecimentos para que possamos compreender o cenário político social em evidência.

Assim, após ter sido declarado vago o cargo de Presidente da República, em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional, por meio de voto nominal entre os presentes na Casa, elegeu Castelo Branco para suceder a vaga. É relevante salientar que, nesta reunião, já haviam sido cassados, mediante o Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964 (BRASIL, 1964), os mandatos de deputados da coalizão das esquerdas, como o de Leonel Brizola, prática essa que, até 1967, per fez um total de 400 cassações (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

O AI-1, já vigente antes da nomeação de Castelo Branco ao cargo de chefe de Estado do país, introduziu ao modelo do regime que estaria por vir. Além da cassação de direitos políticos por 10 anos de todos os cidadãos que se opusessem ao governo, o primeiro dos atos que regeriam os 21 anos de ditadura determinou a suspensão da Constituição de 1946 por seis meses, diferentemente do discurso feito na posse do primeiro presidente desse período (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

O Ato Institucional n. 2, foi baixado em 27 de outubro de 1965 (BRASIL, 1965), determinando, entre outros pontos: a transferência para a justiça militar a competência

⁴ Falamos Revolução a partir do que se é citado nos documentos dos Atos Institucionais daquela época. Ao analisarmos o conteúdo do texto, do AI-1 até o AI-5 houve uma argumentação para justificar a forma que o país seria governado. Com o pretexto de salvar o Brasil da ameaça comunista e concedendo aos militares o poder, eles se utilizavam da palavra Revolução como adjetivo para o que era, na verdade, a ditadura.

do julgamento de crimes contra a segurança nacional; o fim das eleições diretas; a supressão/extinção de partidos políticos tidos como populistas e de esquerda e a instauração do bipartidarismo no Brasil - de um lado a ARENA, Aliança Renovadora Nacional, de outro lado o MDB, Movimento Democrático Brasileiro (CODATO, 2004).

É possível observar que se trata de instrumentos de repressão e de afronte direto à democracia, já que, para além de não poder mais o povo eleger seu representante ao cargo máximo, limita o direito de escolha no que tange aos representantes do povo e dos Estados. Além disso, o ato definia a possibilidade de decretação de estado de sítio sob a premissa de prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Assim, o governo de Castelo Branco

Não tinha nada de moderado, serviu para institucionalizar as soluções discricionárias que limitaram as competências dos demais poderes e lançou as bases da estrutura de repressão que garantiu longevidade à ditadura. Não obstante, o governo foi alvo de insatisfação nos quartéis e o ministro da Guerra, general Costa e Silva, se tornou líder de setores dissidentes da oficialidade que reivindicavam a expansão dos instrumentos autoritários para controle da sociedade. Os dissidentes estavam frustrados e à procura de um general de prestígio, e Costa e Silva engatou assim sua própria candidatura (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 374).

A eleição do sucessor de Castelo Branco também se deu mediante eleições indiretas, diante do AI-2, em que o único candidato, pela ARENA, obteve o sucesso político, pautado no discurso de crescimento econômico. Destarte, final dos anos de 1966, Costa e Silva, ex-ministro de Guerra do seu antecessor, é eleito o segundo presidente do Brasil no cenário pós-golpe.

Costa e Silva assumiu a Presidência do país já em vias de discussão e organização de uma nova Constituição Federal, por meio do AI-4 (BRASIL, 1966), o qual foi criado ainda pelo então presidente Castelo Branco e que consistia em convocar o Congresso Nacional para debater e votar no projeto de Constituição apresentado pelo Poder Executivo.

A pretensão de Costa e Silva era legitimar e estabilizar o regime militar, tendo em vista que a população brasileira já não mais aprovava a ditadura (SCHWARCZ, STARLING, 2015). E isso por conta dos altos índices de inflação e do arrocho econômico. Sendo assim, o objetivo do segundo presidente desse período era o crescimento econômico, o que de fato ocorreu com o chamado “milagre econômico

brasileiro”. Paralelo a isso, foi um governo marcado pela repressão de um regime autoritário, a partir da constituição de um aparelho estatal repressivo-militar, com a criação da Lei de Segurança Nacional e a Lei da Imprensa.

Desta forma, Schwarcz e Starling (2015, p. 377) sustentam que

[...] enquanto os militares aprofundavam os instrumentos de repressão dentro das fábricas — e para o restante da sociedade —, a economia se aqueceu e a inflação, em vez de subir, passou a cair. Teve início um surto de crescimento [...] Misturava, com a repressão aos opositores, a censura aos jornais e demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política econômica, e acrescentava os ingredientes da pauta dessa política: subsídio governamental e diversificação das exportações, desnacionalização da economia com a entrada crescente de empresas estrangeiras no mercado, controle do reajuste de preços e fixação centralizada dos reajustes de salários.

É notória essa relação trazida pelas autoras e sustentadas ainda pela criação da Constituição em 1967, a qual tinha como pilar o fortalecimento dos poderes atribuídos ao presidente, inclusive quanto à intervenção federal nos Estados. Ocorre que tal Carta Constitucional teve pouca aplicação, porquanto, em 1968, foi baixado o AI-5, o qual teve peso de norma constitucional, tornando alegórico não apenas o modo como eram dispostos os poderes, como também passou a configurar como meros símbolos sem poder mandamental os direitos fundamentais que tinham, muito embora poucos, sido assegurados na Constituição de 67.

Assim, a figura do presidente tornou-se centro de toda a organização política do Estado brasileiro, detentor de poderes, por vezes, ilimitados e, em contrapartida, foi nesse período que houve uma maior força de resistência ao regime militar imposto, por meio de movimentos sociais estudantis e greves dos operários, por exemplo. Como reflexo disso, houve uma preocupação em manter a “ordem” e conter aqueles que lutavam por liberdade de expressão e democracia.

Em 13 de dezembro de 1968, o Brasil viveu o ápice da repressão da ditadura militar. Com a implementação do Ato Institucional nº 5, conhecido popularmente por AI-5, o então presidente Costa e Silva decretou a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos que não concordassem com os militares, a fim de “preservar” o regime imposto, sob o manto da “ordem”, e o Estado de Sítio - fechamento do Congresso Nacional.

Há de se ressaltar que, no preâmbulo do AI-5, há uma falsa intenção de se estabelecer um regime de ordem democrática, com base na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1968), o que não foi constatado ao longo dos anos ditatoriais. Mas segue estipulando que há uma preocupação do governo “no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção”. O que vislumbramos deste momento é que o AI-5 se tratou de um instrumento jurídico que deu não apenas legitimidade, como também legalidade às perseguições, torturas, práticas autoritárias e repressivas, sem haver controle judicial sobre isso.

O ato proibia atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política, suspendia a garantia de *habeas corpus* e, caso houvesse a retenção de direitos políticos, o civil teria sua "liberdade" vigiada - ou seja, os militares tinham total poder sobre determinada pessoa, já que, além de fiscalizar todos os movimentos que ela dava, havia a proibição de frequentar determinados lugares e restrições dos seus direitos públicos e privados. Isso estava disposto no artigo 10 de tal instrumento normativo, o qual preceituava que “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (BRASIL, 1968), de modo que, em 1969, foi assinado um decreto que ampliou esses crimes, prevendo, para alguns, em grau mínimo, a pena de prisão perpétua e, em grau máximo, a pena de morte.

O AI-5 permitia a censura prévia de músicas, teatros, cinema e principalmente a imprensa e os meios de comunicação. Para Chomsky e Herman (2003) com a frequência da censura, a mídia exerce a função social dela para fins de uma elite dominante. É, desta maneira, que, tendo a censura institucionalizada, a liberdade de expressão teve sua restrição injusta e indevida.

Para além disso, começaram as marchas estudantis naquele ano. O assassinato do secundarista Edson Luís, em 28 de março de 1968 explicitou o endurecimento da ditadura. Ele foi morto por policiais militares aos 18 anos durante uma manifestação do movimento estudantil no restaurante Calabouço. O estudante tornou-se um símbolo de resistência discente e por consequência, cresceu o número de protestos liderados por universitários. O velório de Edson parou o Brasil. No dia 2 de abril, diversas cidades do Estado se manifestaram contra a repressão e a ditadura militar em si. A participação dos operários também foi essencial para a oposição

naquela época. Ocorreram duas grandes greves, Contagem, em abril de 1968 e Osasco, em julho de 1968.

Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 384),

[...] era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica”.

É, por conta disso, que as autoras entendem que, apesar de o AI-5 ter sido “[...] uma ferramenta de intimidação pelo medo”, este não foi o único instrumento de exceção, mas sim “[...] fez parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias, mas dotadas de valor legal, adaptadas ou autoconferidas pelos militares” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 379).

Após dez anos de sufocamento por parte das Forças Armadas em relação a direitos civis, sendo o ápice da repressão, em 13 de outubro 1978, o Ato Institucional nº 5 foi extinto pelo então presidente Ernesto Beckmann Geisel. Conforme Kushnir (2012, p. 140)

Mesmo com a decretação formal do fim do AI-5 e de outros “entulhos autoritários” em dezembro de 1978, as marcas que todo esse processo deixou na sociedade brasileira permaneceram. Pode-se afirmar que a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade aclamava por essas ações repressivas e/ou preferia fechar os olhos para a sua existência. Igualmente se podem encontrar traços de permanência dessa intervenção autoritário do Estado depois do fim formal de decretos e leis desse cunho.

Um dos acontecimentos mais emblemáticos do AI-5 foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-CODI, em 25 de outubro de 1975.

Nascido em 27 de junho de 1937, na Iugoslávia, mais precisamente em Osijek - atualmente a quarta maior cidade da Croácia -, Vlado Herzog veio para o Brasil ainda jovem, com nove anos de idade, em decorrência da invasão sofrida na Itália pelas tropas aliadas de Hitler.

Na década de 1950, Herzog cursou Filosofia na Universidade de São Paulo. Vladimir guardava, entretanto, uma paixão pelo cinema e se envolveu em diversos

projetos cinematográficos, entre eles o filme “Marimbás” (1963), que foi a primeira fita brasileira a fazer uso do som direto.

No jornalismo, sua carreira começou como estagiário no jornal O Estado de S. Paulo, sendo admitido no ano seguinte na redação. Em 1963, Vladimir iniciou seu trabalho na TV e, dois anos depois, fora contratado pela BBC mudando-se para Londres.

Em meados de 1968, retornou ao Brasil. Herzog foi professor de telejornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Foi escolhido pelo secretário de Cultura do estado de São Paulo, em 1975, para dirigir o jornalismo da TV Cultura.

No mesmo ano, em 24 de outubro, o jornalista fora chamado para prestar esclarecimentos junto ao DOI-CODI sobre sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que funcionava de maneira clandestina desde a instauração do governo ditatorial em 1964.

No dia seguinte, às oito horas da manhã, Herzog compareceu espontaneamente à sede do DOI-CODI, a fim de prestar os esclarecimentos que lhe eram requeridos. Após horas de interrogatório e torturas, foi assassinado.

A versão apresentada pelos militares, à época, fora a de que o jornalista teria cometido suicídio, sendo veiculada uma foto do suposto enforcamento.

A Justiça brasileira, em 1978, condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog. Algum tempo depois, em 1996, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconheceu, de forma oficial que o jornalista havia sido assassinado e concedeu uma indenização à sua família, que não aceitou.

O atestado de óbito de Herzog, porém, só foi retificado mais de 15 anos depois. O documento entregue pelo Estado à família em março de 2013, passou a constar que “[...] a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do II Exército – SP (DOI-CODI) ”.

Em 22 de abril de 2016, o Caso Herzog foi submetido a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com o objetivo de julgar a suposta responsabilidade internacional do Estado pela situação de impunidade em que se encontrava a prisão arbitrária, a tortura e assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975.

Em que pese a tentativa do Estado de se eximir da culpa relativa à suas atuações, que foi embasada principalmente na Lei de Anistia, a CIDH entendeu como incompatível o uso desta quando a demanda em questão é atinente a graves violações.

279. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do qual o Brasil faz parte por decisão soberana, são reiterados os pronunciamentos sobre a incompatibilidade das leis de anistia com as obrigações convencionais dos Estados, quanto se trata de graves violações de direitos humanos. Esses pronunciamentos adquirem ainda mais força em relação aos delitos de direito internacional, pois sua gravidade e dimensão são evidentes (Corte IDH. *Caso Herzog e outros Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 15 de março de 2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos).

A decisão da Corte, em 15 de março de 2018, declarou a responsabilidade do Estado pelas violações referentes ao Caso Herzog.

DECLARA: Por unanimidade, que:

3. O Estado é responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, previstos nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento, e em relação aos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em prejuízo de Zora, Clarice, André e Ivo Herzog, pela falta de investigação, bem como do julgamento e punição dos responsáveis pela tortura e pelo assassinato de Vladimir Herzog, cometidos em um contexto sistemático e generalizado de ataques à população civil, bem como pela aplicação da Lei de Anistia Nº. 6683/79 e de outras excludentes de responsabilidade proibidas pelo Direito Internacional em casos de crimes contra a humanidade, nos termos dos parágrafos 208 a 312 da presente Sentença. Por unanimidade, que:

4. O Estado é responsável pela violação do direito de conhecer a verdade de Zora Herzog, Clarice Herzog, Ivo Herzog e André Herzog, em virtude de não haver esclarecido judicialmente os fatos violatórios do presente caso e não ter apurado as responsabilidades individuais respectivas, em relação à tortura e assassinato de Vladimir Herzog, por meio da investigação e do julgamento desses fatos na jurisdição ordinária, em conformidade com os artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, nos termos dos parágrafos 328 a 339 da presente Sentença.

Por unanimidade, que:

102 5. O Estado é responsável pela violação do direito à integridade pessoal, previsto no artigo 5.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo de Zora Herzog, Clarice Herzog, Ivo Herzog e André Herzog, nos termos dos parágrafos 351 a 358 da presente Sentença (Corte IDH. *Caso Herzog e outros Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 15 de março de 2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos).

Com a prolação da respectiva decisão declaratória, o Estado foi incumbido de uma série de diligências que deverão ser tomadas, a fim de reparar os danos causados à família do jornalista.

Dentre as medidas impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, está o dever de retomar, com certa agilidade, os procedimentos investigatórios e o processo penal cabível, pelos fatos ocorridos em 25 de outubro de 1975, a fim de identificar, processar e, caso seja propício, punir os responsáveis pela tortura e assassinato de Herzog, levando em consideração a natureza de crime contra a humanidade desses fatos e às respectivas repercussões jurídicas para o Direito Internacional.

Decidiu também a Corte, que o Brasil deverá usar as medidas pertinentes para que se reconheça a impossibilidade de prescrição das ações provenientes de crimes contra a humanidade e internacionais.

Entre tantas providências impostas ao Estado, destaca-se, por fim, a necessidade de realização de uma cerimônia pública de reconhecimento da responsabilidade internacional pelos acontecimentos julgados, servindo de desagravo à memória do jornalista Vladimir Herzog e à falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis por sua tortura e morte. O ato público deverá contar com a presença de altos funcionários do Estado, das Forças Armadas e das vítimas.

4 O IMAGINÁRIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS JOVENS

O imaginário é tudo aquilo que move quem somos. Desde nossas escolhas até a maneira que enxergamos a sociedade. Para acessarmos a este imaginário, é preciso adentrarmos na realidade e percepção de mundo das pessoas que objetivamos analisar. É neste momento que utilizamos a pesquisa qualitativa - mais específico, o grupo focal - a fim de compreender como o jovem atual, alvo desta problemática, se posiciona acerca das notícias veiculadas na época da ditadura militar. Para isso, nos baseamos em Silva (2017) para elucidar o significado de imaginário social. Também utilizamos Bauer e Gaskell (2002), Costa (2005) e Silva (2007) para conceituar a técnica escolhida para análise nesta pesquisa.

4.1 O CONCEITO DE IMAGINÁRIO SOCIAL

Se é que é possível conceituar tão complexo termo, tentar-se-á fazê-lo, inicialmente, através das palavras de Silva (2017, p. 24).

O imaginário é essa pergunta angustiada: o que pode acontecer comigo? Ou perplexa: o que aconteceu comigo? Não há escolha, não enquanto decisão racional com vistas a um efeito benéfico, vantajoso ou útil. Talvez a produção dos imaginários contenha um paradoxo pouco examinado, o da possibilidade de indução sem a liberdade de escolha, o que vale dizer de recusa. Seria o imaginário uma manipulação? Dependeria a formação de um imaginário mais da oferta que da demanda? Não é desairoso adotar a hipótese de que se pode ter certeza da existência de imaginários sem, contudo, qualquer possibilidade de dizer como eles se formam. Imaginário seria aquilo que move as pessoas e dá-lhes sentido sem que elas saibam como passaram a ser presas de tais configurações.

O imaginário abarca tudo aquilo que somos. Anda lado a lado com o real, porém com este não se confunde. Sua conceituação é paradoxal. Como conceituar algo que está intimamente relacionado ao campo da ilusão? De acordo com Silva (2017, p. 15).

A noção de imaginário - metáfora de uma transfiguração maravilhosa ou assustadora - estimula pensar que se trata de algo indefinível por sua própria constituição, algo como uma estrutura etérea escorada na imaginação: uma noção cultural indefinível por natureza. Um território do "eu" soberano e escapista.

Para além disso, é necessário ter em mente que o imaginário é a mola propulsora para a ação. É ele que move nossos impulsos, paixões e ambições. Arrisca-se dizer que o “real” só é “real” se for precedido por inúmeras atuações do imaginário ao longo do tempo.

O indivíduo é refém do imaginário. Cativo dentro de si mesmo e explorador de uma área que nunca será plenamente explorada. Em conformidade, Silva (2017, p. 21) constata que “O imaginário nunca liberta seu protagonista. É um território dentro dele. Um território do insólito, sempre desejado, na concretude prosaica da vida cotidiana”.

É comum, entretanto, que ao longo da vida o ser humano tente se desprender o máximo possível de seu imaginário. Dado tal fato, não é à toa que as primeiras fases da vida sejam as mais repletas de sonhos, achismos e surpresas. O imaginário encontra lar na infância. É o período da vida em que o inalcançável encontra-se a um palmo de distância e nada é impossível.

É por isso também que, conforme envelhecemos - e, por decorrência lógica, amadurecemos -, buscamos esse distanciamento do irreal. Foca-se apenas no concreto, no tangível, no alcançável e, sobretudo, na razão. De acordo com Silva (2017, p. 26-27) “A “idade da razão”, como a própria expressão indica, significa a ruptura com o imaginário, a imposição do real sobre a irrealidade do deslumbramento, cuja natureza é sempre transfiguradora”.

Socialmente, entretanto, o imaginário pode ser mais vantajoso. Conforme Silva (2017, p. 29) “Assim como o mito pode ser mais relevante do que a verdade, o imaginário - processo de mitificação ou mitologia consumada - tende por ser encantador (enfeitiçador), a triunfar”.

Ainda na esfera de sociedade, têm-se que, apesar de estarem intimamente ligados, o imaginário e o real cumprem funções distintas. Na medida em que “o real informa, o imaginário comunica” e “o real afirma, o imaginário opina; o real firma e confirma, o imaginário interpreta e questiona” (SILVA, 2017, p. 29).

Assim, verifica-se que, em verdade, não há vida sem o imaginário. Ele encontra-se tão atrelado a quem somos e como pensamos que o simples fato de querermos nos desvencilhar dele nos deixa novamente frente a frente com ele.

Não há sociedade sem imaginário. Dele fazem parte os deuses, os heróis, os inframundos, os submundos, as estrelas e, principalmente, embora não pareça, as pequenas transfigurações do cotidiano que garantem ao real a sua permanência. Sem o imaginário, o real se tornaria facilmente insuportável (SILVA, 2017, p. 29).

Desde já, a fim de evitar a possibilidade de equívocos futuros, se faz necessário destacar que imaginário e subjetividade não são sinônimos. A subjetividade vem a ser o meio pelo qual o imaginário é expressado. De acordo com Silva (2017, p. 32) “A subjetividade é faculdade. O imaginário, uso do subjetivo, subjetividade aplicada, realizada, consumada. Imaginário é distorção, ruído na comunicação, interferência no canal, leitura, releitura, discurso, significação e ressignificação”.

Capturar o imaginário, explicar o sentido, decifrar o homem e suas divindades, conter a morte e controlar cada passo da caminhada existencial, eis os grandes desejos, ou metas, do ser racional que ainda projeta (racionalidade finalista) submeter o todo aos desígnios da parte. Uma ciência modesta, pós-positivista, indica que é mais razoável tentar compreender os processos do que pretender revelar causas que remetem infinitamente a outras causalidades. O imaginário não canta a razão e as suas conquistas, mas o sentido e as suas metamorfoses (SILVA, 2017, p. 119-120).

Ao contrário do que talvez se dê a entender, o imaginário não é, de forma alguma, o oposto do real. Fazer tal afirmação seria cair em evidente engano. Cabe melhor referir que o imaginário complementa o real, mas jamais é suprimido por ele.

Ante a tudo que se observou, pode-se dizer que o irreal é a terra fértil do imaginário, é no campo da ilusão que o imaginário do homem encontra refúgio. Em outras palavras, “[...] o imaginário povoa o deserto do real” (SILVA, 2017, p. 36).

O “deserto do real”, na atualidade, pode ser caracterizado pelas rotinas, hábitos, repetições diárias que, não raro, são tão fortes acabam por “matar” o imaginário, ou por vezes, não o deixa florescer.

Por outro lado, quando deixa-se “florescer” o imaginário, este é capaz de deixar marcas, arriscando-se dizer que as marcas só existem no imaginário. Conforme constata Silva (2017, p. 63) “O imaginário marca, pois se inscreve como marca, ou seja, justamente, como a inscrição pretensamente indelével que fica na pele, descreve, narra, situa e conforma. Só há marca no imaginário”.

No jornalismo, o imaginário se faz presente a todo momento. Conforme Silva (2017, p. 35-36).

Deveria existir uma relação equacionada desta maneira: quanto mais ciência e jornalismo, menos imaginário. Mas essa equação não deixa de ser uma fantasia e um erro de interpretação. Por um lado, existem um imaginário da ciência e um imaginário do jornalismo. Por outro lado, mais importante, os discursos científicos e jornalísticos sofrem a mesma interferência iluminadora dos imaginários.

Talvez cause certa estranheza tentar tecer uma correlação entre ciência e jornalismo quando se fala em imaginário. Entretanto, se faz necessário lembrar que a ciência e o jornalismo dominam as duas fontes discursivas que estabelecem significados.

Silva (2017, p. 36) aborda a questão da seguinte forma “O imaginário é uma comunicação que esbarra na incomunicabilidade das narrativas científicas e jornalísticas a propósito do que as ultrapassa em termos de simbolismo e de subjetivação”.

Deixando-se levar pelo senso comum, facilmente poderia se chegar a constatação de que jornalismo e imaginário são figuras opostas, que não se comunicam. Isto porque, o jornalismo - em essência - é arraigado nos fatos, enquanto, por outro lado, o imaginário reporta-se diretamente ao mundo da fantasia, da ilusão, do irreal.

Equivocado seria, entretanto, tal argumento, na medida em que “a prática jornalística, ainda que se dizendo objetiva, está eivada de imaginário e, ao mesmo tempo produz ambiência, por isso, ambos são complementares, miscíveis e indissociáveis” (GOMES, 2016, p. 26)

Ao jornalista cabe a interpretação dos fatos trazidos, sendo que tal interpretação se dá a partir de sua relação emocional, profissional, cultural e política com o mundo. Além, é claro, de sempre ter em voga o público receptor do que é veiculado, o qual precisa suprir as expectativas. Conforme Gomes (2016, p. 27) “As narrativas jornalísticas são fragmentos do imaginário, revelam o estilo de vida, a ambiência pós-moderna se atualizando continuamente”.

É importante lembrar, entretanto, que no ramo jornalístico o imaginário encontra suas limitações, uma vez que este não pode interferir nos dados objetivos da notícia. Conforme constata Silva (2017, p. 38) “Como justificar a impossibilidade

de alterar elementos objetivos, sem aspas, de um fato, também sem aspas, como número de mortos, número de gols ou consequências”.

Assim, pode se dizer que, tão certo quanto a existência do imaginário de cada um, também é certa a existência dos fatos.

O verossímil pode ser fictício. O imaginário é sempre verdadeiro. Assim como a história, o jornalismo e o documentário cinematográfico, o imaginário está ligado a um real que, embora sempre alterado pela subjetivação do olhar que reconstitui o ocorrido, recusa o procedimento da invenção absoluta. Não pode evitar o subjetivo. Não pode acrescentar o inexistente. Não pode eliminar a interpretação. Não pode romper com o real. Esse real inexistente é a sua baliza. O imaginário, do mesmo modo que a história, o jornalismo e o documentário, tem uma âncora afundada na areia movediça: o ocorrido, o fato, a realidade. Ecoa na mente de cada um que muitas interpretações sobre um acontecimento são possíveis, mas não todas. (SILVA, 2017, p. 69-70)

A partir disso, é possível compreender que o imaginário é uma narrativa. O mesmo autor complementa que o “imaginário, mesmo social, é particular, uma sedimentação que não se deixa instrumentalizar” (SILVA, 2007, p. 93). O imaginário é o excesso das nossas vivências, a junção de todas nossas sensações.

4.2 O GRUPO FOCAL COMO OBTENTOR DE RESULTADOS

O grupo focal caracteriza uma técnica de coleta de dados que promove uma vasta problematização sobre um tema ou foco específico a partir da interação grupal. O método se originou no cenário da pesquisa social, sendo utilizado nas áreas da antropologia e ciências sociais. Embora tenha se gerado neste meio, o grupo focal ficou à margem dos estudos dessa área, tendo em vista o predomínio da observação participante e da entrevista aberta, estruturada ou semiestruturada (SILVA, 2007, p. 59). No processo, os participantes são encorajados para expor seus pontos de vista de determinado fenômeno social.

Escolhemos esta metodologia a partir compreensão da pesquisa qualitativa como forma de acesso ao imaginário dos jovens. Conforme Costa (In: BARROS; DUARTE, 2005, p. 181)

Grupos Focais são um tipo de pesquisa qualitativa que tem como objetivo perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um

grupo em particular. São na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências.

Este tipo de técnica pode se utilizar de outros métodos para obter dados. A análise qualitativa pode ser adquirida “1) de forma auxiliar, ilustrativa, em pesquisas que usam principalmente técnicas quantitativas de análise, 2) combinada com técnicas quantitativas sem nítida predominância de uma ou outra, ou, ainda 3) como a principal técnica para trabalhar as informações” (CORTES, 1998, p.16 *apud* SILVA, 2007, p. 58). Na análise qualitativa existem técnicas para coleta de dados descritas por Carla Lemos da Silva em sua dissertação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

a) Observação

Este método é utilizado para analisar eventos ou experimentos em que o pesquisador se coloca como observador sem interagir com o grupo. Ele pode realizar um roteiro específico para seguir durante a imersão, uma vez que “toda a observação deve ser registrada, desde as conversas informais, comportamentos, festas, falas, hábitos, etc” (MINAYO, 1992 *apud* SILVA, 2007, p. 61).

Segundo Silva (2007, p. 61) esta etapa é essencial pois

A importância da observação participante se verifica no fato de ser possível captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, e sim observados diretamente na própria realidade, emitindo o que há de mais relevante ou dúbio na vida real.

Ainda conforme a autora, as observações podem ser assistemáticas, livres ou antropológicas, quando os comportamentos são predeterminados e é necessário identificar esferas relevantes para serem preenchidas.

b) Coleta de documentos

Neste viés da pesquisa, o pesquisador precisa ter cautela. Isso em razão de alguns documentos - sejam eles públicos ou privados - omitirem informações que não

há interesse que se torne público. Documentos estes que podem ser desde cartas até diários pessoais do entrevistado.

De acordo com Silva (2007, p. 61) o benefício de utilizar a coleta de documentos é que não há interação entre o observador e o entrevistado, uma vez que já existe um resultado independente da investigação. Essa análise pode se constituir como única coleta de dados, apenas se não houver possibilidade dos sujeitos serem encontrados. Para usufruir deste método de análise, é necessário checar informações sobre registros, como por exemplo, quem e como a pessoa elaborou o documento.

c) História de vida

Com a produção de entrevistas e busca por documentos, tanto públicos como privados, pode ser uma das formas de reconstruir vivências de uma pessoa ou até grupos. Deste modo, a autora Silva (2007, p. 62) observa que a história de vida pode se relacionar “1) a uma vida completa que recobre todo o conjunto de experiências vivida ou 2) a um período ou dimensão tópica dessa vida”.

Ao passo que Minayo (1992 *apud* SILVA, 2007, p. 62) destaca que a entrevista prolongada é indicada para acessar a história de vida do sujeito envolvido, notamos a mesma relação desta técnica com a de observação participante.

d) Entrevista

Esta metodologia se aplica a entrevista discursiva e não documental. Nesta interlocução, o objetivo principal é obter as informações acerca do problema de pesquisa. Conforme Silva (2007, p. 63) as entrevistas podem catalogadas em três especificações: sondagem de opinião, entrevista semiestruturada e entrevista focalizada ou aberta.

Na sondagem de opinião, há um questionário estruturado em que normalmente são utilizados para dados quantitativos, diferentemente da entrevista semiestruturada, na qual há um roteiro não estabelecido, mas que pode conter respostas já previamente sistematizadas. Já a entrevista focalizada ou aberta não existe roteiro pré-

estabelecido. O entrevistador conduz a conversa de acordo com as temáticas que compõe o cerne da pesquisa. Esta técnica é a mais utilizada na pesquisa de campo.

Para Bauer e Gaskell (2004, p. 73), a pesquisa que aplica a entrevista como método de análise é um processo social em que a palavra é o principal meio de troca de informações. Deste modo, o entrevistador e o entrevistado criam um elo onde eles ressignificam e transformam ideias, explorando novas perspectivas e realidades.

Com base na pesquisa qualitativa, o grupo focal se fundamenta na interação de participantes e no debate acessível que, conforme Bauer e Gaskell (2004, p. 79), não se leva em consideração a condição de cada participante, mas sim a troca de ideias e pontos de vistas.

Grupos focais são um tipo de pesquisa qualitativa que tem como objetivo perceber aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular. São na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências (COSTA, 2005, p. 181).

Ainda de acordo com o autor, essa metodologia busca compreender a perspectivas dos entrevistados sobre determinada temática da pesquisa.

Esta técnica se embasa no envolvimento dos participantes. Porém, existe a possibilidade de produzir entrevistas individuais após o grupo focal. Isso ocorre uma vez que os entrevistados podem ou não se privar de expor um ponto de vista para não haver conflitos. Em conformidade, Morgan (1997 *apud* Gondim, 2003, p. 153) entende que “[...] a utilização de grupos focais em sequência às entrevistas individuais, por exemplo, facilita a avaliação do confronto de opiniões, já que se tem maior clareza do que as pessoas isoladamente pensam sobre um tema específico”.

Para a elaboração de um grupo focal, há uma série de processos que é necessário organizar antes da dinâmica. Uma delas já citamos durante o decorrer da pesquisa: a definição.

a) Metodologia

Com base em Bauer e Gaskell (2004, p. 79) o grupo focal tradicional é composto por seis a oito pessoas desconhecidas que interagem entre si durante uma ou duas horas. Para que o contato seja, de certa forma, pessoal, o grupo se dispõe num círculo. A dinâmica de fato inicia quando o moderador - uma espécie de facilitador

da discussão - se apresenta e explica sobre o que será abordado. Após isso, ele pede para cada participante se apresentar. O moderador deve incitar ativamente o diálogo entre os participantes. “O objetivo é avançar a partir de uma discussão liderada pelo moderador, para uma discussão onde os participantes reagem uns aos outros” (BAUER; GASKELL, 2004, p. 79).

Durante esse processo, pode-se promover atividades para estimular os participantes, a partir de materiais como fotografias ou desenhos, motivando-os a despertar a imaginação, gerando novas ideias e discussões. Esses recursos de livre associação também são fonte de informação para a pesquisa e também servem como base para o debate posterior.

b) Elaboração de roteiro do grupo focal

No decurso da elaboração, o cerne da pesquisa deve ser a primeira e principal questão a ser abordada. Perguntas dicotômicas devem ser evitadas para não encerrar o diálogo. Elas têm que ser gerais e específicas. Com base em Silva (2007, p. 78) mesmo que a “sequência de perguntas possa ser alterada, é necessária a preocupação com o tema focal, de forma que o pesquisador possa comparar respostas e encontrar “pistas””. Neste roteiro, não há um número exato de perguntas a serem feitas, pois depende da variedade do grupo focal. Se for homogêneo, existe a possibilidade de conter mais questões uma vez que a dinâmica possa ser mais fluída. Em relação a estruturação das perguntas, inicialmente deve-se começar por questões amplas e genéricas. Ao longo da entrevista, as perguntas induzem ao objetivo central da pesquisa. “As questões estruturadas pressupõem informações sobre aspectos ou dimensões relacionados ao objeto de estudo. Tendem a ser direcionadas e estabelecer rumo para as respostas” (SILVA, 2007, p. 79).

O roteiro também serve de guia para o moderador se orientar durante o encontro. Além disso, é importante para o facilitador que ele não se perca no foco e nos principais objetivos da pesquisa. Deste modo, Silva (2007, p. 78) disserta sobre a flexibilidade do moderador alterar a roteiro, abordando outras temáticas, porém, sempre de forma harmônica com a finalidade da pesquisa.

c) Definições do público-alvo

Com base em Costa (In: BARROS; DUARTE, 2005, p. 185) é determinado quem participa conforme a necessidade do pesquisador. O nível socioeconômico dos entrevistados precisa ser harmônico para que não haja constrangimento entre as pessoas. Segundo Silva (2007, p. 79), o grupo focal pode variar de 8 a 12 pessoas. A autora discorre também que dependendo da pesquisa o ideal é selecionar pessoas desconhecidas.

d) Perfil do moderador

Conhecido também como facilitador, esta função é a base para o funcionamento da dinâmica. É ele que conduz e estimula os participantes a responderem e dialogarem entre si. O moderador precisa estar a par do tema da pesquisa, ser habilidoso na integração do grupo e, principalmente, não emitir sua opinião, mas sim incentivar as pessoas a explicarem melhor seus pontos de vista.

Em conformidade, Silva (2007, p. 81) pondera que

O moderante deverá ser capaz de estabelecer clima de confiança mútua entre os participantes, facilitar a colaboração de todos, de forma que se expressem e não sejam influenciados pelos demais. Precisa saber ouvir o que os participantes dizem, o que não dizem e o que estão querendo dizer. O moderador necessita explorar os significados de certas palavras e expressões, não se limitar apenas ao que os participantes dizem, mas sim entender o que dizem de acordo com cada ponto de vista.

Por fim, o facilitador precisa ser uma pessoa flexível, que respeita as assertivas alheias, sem criticar ou censurar.

e) Papel do documentador e análise das respostas

A atividade do documentador é anotar tudo o que se observa. Ele também exerce o papel de facilitar a análise de dados, anotando e transcrevendo tudo o que ocorreu durante a dinâmica. Para além disso, ele não pode fazer juízos de valor, ou seja, não deve interpretar respostas a partir da sua perspectiva.

Para fazer avaliar as respostas, o pesquisador pode aplicar diversas abordagens para a análise de dados. Bauer e Gaskell (2004, p. 85) garantem que a

análise e informações do grupo focal demandam tempo e dedicação e não há uma fórmula única que seja melhor ou pior.

Feitas as considerações acima, compreendemos que o grupo focal como método de análise de dados é primordial para acessarmos o imaginário dos jovens atuais. Com base na observação participante e na diversidade de entrevistados, a dinâmica é uma das metodologias da pesquisa qualitativa que visa identificar tendências de determinado grupo.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E O PERFIL DO IMAGINÁRIO DOS JOVENS ATUAIS

Para alcançarmos algum tipo de resultado nesta pesquisa, utilizamos a metodologia que consideramos mais coerente para o acesso ao imaginário social dos jovens atuais: o grupo focal. Optamos por abordar a percepção deles para compreender sobre como eles recebem as notícias veiculadas na época ditadura militar pelo jornal Estado de S. Paulo. Escolhemos jovens de 18 a 24 anos, pois representam grande percentual dos que ocupam as universidades atualmente. O nosso objeto de análise no grupo focal foram três edições do caderno de política do Estadão: o início da ditadura militar (31 de março de 1964), a extinção do AI-5 (13 de outubro de 1978) e a morte do jornalista Vladimir Herzog (25 de outubro de 1975). Examinaremos os cadernos do dia seguinte ao acontecimento, seguindo a lógica do jornal impresso.

Para buscar estas pessoas, geramos um questionário preliminar a fim de entender a condição socioeconômica dos respondentes. Num primeiro momento, questionamos sobre escolaridade, a situação financeira, se a pessoa trabalha e passatempos. Posteriormente, perguntamos sobre a pessoa consumir notícias de algum veículo - tanto impresso quanto digital, se há interesse por política e se já participou de algum evento sobre a política no Brasil. A partir destas respostas, dos 54 questionários registrados, nós selecionamos oito pessoas integrar nosso grupo focal.

As pessoas que escolhemos são estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS dos cursos de jornalismo, publicidade e propaganda, direito e psicologia.

O entrevistado 1 faz publicidade e propaganda e está no quarto semestre. Ele faz estágio no Laboratório de Conteúdo da FAMECOS e possui 20 anos. Com 21 anos, o respondente 2 estuda direito, está no sétimo semestre e trabalha na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. O participante 3, com 19 anos, faz jornalismo, está no sexto semestre da faculdade e trabalha no Editorial J. O componente 4 também estuda jornalismo e está no sexto semestre. Ele possui 23 anos e trabalha no Editorial J. O respondente 5 estuda relações públicas, no sétimo semestre, possui 21 anos e trabalha no Bar Opinião. Estudante de psicologia, com 22 anos e cursando o oitavo semestre da faculdade, o entrevistado 6, trabalha no Instituto de Terapias Integradas de Porto Alegre, ITIPOA. Também cursando psicologia e no décimo semestre, o respondente 7 tem 22 anos e estagia no Núcleo de Estudos em Trauma e Estresse da PUCRS. O integrante 8 do grupo focal, tem 22 anos, faz jornalismo e está no sexto semestre. Ele estagia na PublivarOn.

Aplicamos a entrevista em profundidade como técnica de coleta de dados para assim acessar o imaginário dos jovens selecionados. Utilizamos o método de entrevista semiaberta que, conforme Duarte (In: BARROS; DUARTE, 2005, p. 66), é um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”. O roteiro teve doze questões, sendo elas separadas em duas partes: a parte da apresentação do grupo e a visão deles em relação ao jornalismo e política, tanto atual como daquela época.

Após isso, separamos o grupo entre as pessoas que iniciariam a leitura das datas selecionadas e outra parte dos participantes continuaram dialogando conosco e vice-versa. A entrevista iniciou com uma introdução sobre a pesquisa, perguntamos se permitiam gravar a dinâmica e agradecemos a presença dos participantes. Além da coleta de dados, usamos como apoio a gravação de áudio e anotações.

A seguir, com base na pesquisa bibliográfica apresentada nos capítulos anteriores, apresentaremos as falas expostas durante a dinâmica e, por fim, uma análise do perfil dos jovens.

4.3.1 Pós-golpe militar

Em relação à primeira questão, todos do grupo consideraram que o jornal noticiou parcialmente o golpe militar e a ascensão das Forças Armadas ao poder. O entrevistado 4 complementou que o jornal apresentou a tomada do poder como uma libertação da ditadura no país. Ele acrescentou que as informações contidas na parte de política do Estadão transmitiam um conteúdo propagandista no qual não se conseguia absorver nenhum conhecimento relevante. Por fim, o participante não observou objetividade no texto desta data, considerando-o como *release* de assessoria de imprensa. O componente 8 também concorda com a declaração e complementa que haviam mais matérias relacionadas ao contexto internacional que do próprio país.

O participante 3 observa a relevância que o jornal emprega nos Estados Unidos sobre o Brasil naquele contexto. Dois entrevistados comentaram que existe a possibilidade do jornal não ter pautado este acontecimento, pois para eles poderia não ser importante. Já o participante 1 acreditava que não fazia sentido o jornalismo desconsiderar editorialmente este fato, pois “[...] é necessário informar a população”.

Alguns respondentes observaram que outros assuntos - que não relacionados a ditadura e a conjuntura política brasileira daquela época - eram mais relevantes editorialmente que o caso analisado. O integrante 8 acrescenta que “parece outra realidade, como se um regime militar não estivesse vigente naquele período”.

4.3.2 O assassinato de Herzog

Em relação ao caderno de política do Estadão, todos os respondentes concordaram que não há nenhuma reportagem ou notícia relacionada a morte do jornalista Vladimir Herzog. Três componentes comentaram sobre a relevância de ser abordado este caso. Outros dois entrevistados relacionaram a ausência do acontecimento a censura. Com o cerceamento dos militares acerca dos jornalistas do Estadão, o participante 7 discorre sobre “[...] psicanaliticamente falando, talvez não foi

noticiado pois é muito mais traumático para um indivíduo quando ele é desmentido numa situação do que a pessoa entender e falar o que aconteceu”.

O componente 5 trouxe à tona a questão da censura naquele momento atual e como noticiar esse caso poderia ser um risco para a própria vida do jornalista que produzia a matéria. O grupo originou uma discussão sobre o que faria no lugar dos jornalistas da época. Alguns argumentaram sobre ser impossível se colocar nessa posição, pois o jornal não poderia circular sem o aval daqueles que cerceavam o periódico. O integrante 3 comentou que ele tentaria dialogar com os censores e que tentaria “[...] publicar a morte do Herzog, porque isso seria um ato de resistência”. Ao questionarmos o ponto de vista do participante, ele não soube explicar o porquê de ser um ato de resistência. Um outro entrevistado contrapôs o integrante, comentando sobre a falta de liberdade de expressão durante a época.

Ao final, o componente 4 pondera que não é apenas a decisão do repórter ou até do censor, mas também uma questão editorial e mais que isso, do próprio posicionamento político do dono do Estadão.

4.3.3 A extinção do AI-5

O grupo começou a discussão questionando o formato do Estadão de publicar as notícias. O integrante 3 comenta sobre o jornal publicar notícias fora de contexto na editoria de política. O participante 1 apresentou um ponto ainda não comentado durante a dinâmica: a ausência de crédito nas matérias. Ao questionar isso, ele complementa sobre a percepção dele acerca das notícias. Para ele, a falta de assinatura do repórter “[...] pode causar uma certa falta de credibilidade sobre a reportagem”.

Outra questão bastante mencionada durante o grupo focal no momento que adentramos o episódio da extinção do AI-5, foi a falta de divulgação sobre algo que, conforme o participante 5, “[...] não teria problema de publicar, uma vez que foi um fato do governo, não o assassinato de alguém ou afins”.

O entrevistado 3 e 7 concordam sobre a falta de reportagens sobre política no caderno dela mesma. Todos concordaram que não houve nenhuma veiculação sobre

o fato e que talvez, de acordo com a fala do componente 8, “[...] a população nem soubesse sobre a extinção do Ato Institucional mais rígido da ditadura”.

4.3.4 Resultado da análise: o perfil do jovem atual

Primeiramente, para analisarmos a formação do imaginário dos jovens atuais sobre as notícias veiculadas na época da ditadura militar pelo Estadão, é necessário sairmos da nossa zona de conforto e observarmos com outros olhos o nosso objeto de pesquisa.

No tocante aos resultados adquiridos no grupo focal e com todo o referencial teórico levantado ao longo da pesquisa, constatamos que os jovens atuais possuem algum engajamento político, mesmo que não haja envolvimento direto com partidos e movimentos sociais. Porém, notamos uma falta de consciência e estratégia política por parte dos entrevistados, principalmente em falas sobre censuras. A ausência de maturidade política dos jovens é um reflexo da sociedade atual em que o debate se fecha para a própria “bolha”.

Observamos também que muitas respostas divagavam entre o senso comum e um pseudoprogressismo. Em relação aos posicionamentos, os entrevistados - especialmente os estudantes de jornalismo - ponderavam sobre a linha editorial do jornal Estado de S. Paulo e frequentemente não havia empatia dos componentes da dinâmica em relação aos jornalistas e as condições da função jornalística daquela época.

Ao acessarmos o imaginário desses jovens acerca do objetivo desta pesquisa, compreendemos que para eles não há uma concepção dualista entre “jornalismo livre” e “jornalismo sob censura”. Com a ressalva de uma das entrevistadas que constatou a relação entre o medo do jornalista de ser perseguido por suas publicações que denunciavam o regime e a censura. Fora isso, reparamos que quase em sua totalidade os participantes não enxergam essa mesma lógica uma vez que, para eles, é o papel do jornalista fazer este tipo de denúncia, sem ter consciência de que o próprio psicológico e vida do jornalista estaria à risca. Essa identificação reflete não somente na abordagem dos participantes referentes à morte do jornalista Vladimir Herzog, mas também das outras datas estabelecidas.

Outra hipótese que levantamos neste trabalho foi as limitações do grupo focal. No sentido de que foram limitadas a categorias - faculdades - que tem um papel social e que também demonstram bastante essa dualidade de pensamentos. A partir disso, captamos mais uma sensibilidade com o papel do jornalista na sociedade por parte dos estudantes de psicologia que os participantes do curso de jornalismo os quais se mostraram mais fechados em conceitos liberais. Alguns participantes inclusive comentaram sobre a subjetividade e ética do jornalista ir além da prática profissional.

Deste modo, constatamos que os jovens atuais, a partir do acesso ao imaginário deles, não conseguem desvencilhar o jornalismo pós-moderno do jornalismo durante a época da ditadura militar. Por isso, ocorreram diversas falas apresentando uma falta de empatia e conhecimento sobre censura - em especial no decorrer do AI-5, principalmente no tocante ao assassinato de Herzog.

É possível identificar, portanto, que os jovens, para além dos pontos de vista trazidos durante a dinâmica, são politizados, mas de uma forma ingênua, sem cognição teórica ou prática tanto sobre política como da influência dela na nossa História. Isso pode ser fruto de uma estruturação midiática e também educacional dentro desse grande macro da democracia burguesa que cria uma falsa noção de liberdade. A liberdade não pode ser considerada a base fundamental de um Estado, mesmo se dizendo democrático, quando ele precisa impor sua força para controlar os corpos da sociedade. Ou seja, a concepção liberal de liberdade, construída a partir dos pensadores iluministas, é percebida dentro do imaginário social dos jovens, ainda que alguns possam se colocar como progressistas e que refletem contra uma ordem hegemônica.

Muito embora houvesse o caráter político de resistência no ato de um jornalista publicar reportagens e notícias contra o regime totalitário em que se vivia no contexto recortado neste trabalho, isto é a liberdade no campo pessoal de atuação (no caso, de escolha), a liberdade de expressão era esmagada pelo domínio da própria existência do jornalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo em nossa vida é política. Nossos direitos são políticos, nossas escolhas, nossas formas de ver o mundo. O que aconteceu em 1964 tem reflexos que perduram até os dias atuais. O ódio de algumas camadas da sociedade em relação a reformas de base e movimentos sociais é a representação de um passado que não aceita o diferente e um futuro fadado a ser retrógrado.

O jornalismo andou de mãos dadas durante o pré e pós-golpe com os militares. Os conceitos de objetividade e imparcialidade são colocados à prova no momento em que não há uma única verdade, já que cada jornalista tem sua própria concepção de realidade e o veículo de comunicação também. Denominar-se imparcial é perigoso, uma vez que se torna detentor da verdade, como se fosse um reflexo da realidade. Compreendemos isso principalmente quando a contribuição para a construção de um golpe torna-se mais importante que a função social do jornalismo. É evidente que para a grande imprensa o interesse público é, na verdade, o interesse dos donos dos veículos de comunicação.

Como já observado acima, Abreu (2004, p. 15) sustenta que “é a partir da perspectiva traçada pelos veículos de comunicação que o leitor/espectador é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos”. A elaboração de um discurso antidemocrático, uma vez que pediam a renúncia do governo Jango - e podemos até mesmo relacionar com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, é a amostra de uma sociedade atrasada que caminha de mãos dadas com o autoritarismo.

O objetivo desta pesquisa não é somente compreender o imaginário do jovem atuais a partir das notícias veiculadas na época da ditadura militar pelo Estadão, mas também a importância de trazer essa temática para a atualidade, especialmente na conjuntura política atual em que vivemos. Percebemos também que o perfil dos jovens que participaram do nosso grupo não compreende a dimensão dos acontecimentos em sua totalidade.

Os estudantes foram uma das principais oposições durante a ditadura e o impeachment de 2016. A pesquisa acadêmica sobre o assunto abordado nesta monografia não se esgota. Ela se expande cada vez mais com o entendimento da situação política no Brasil ser excludente, opressora e anacrônica.

Foram 21 anos de repressão. Foram 21 anos de vigilância. Foram 21 anos de controle. Foram 21 anos de imposição da disciplina, a qual, nos termos de Foucault, fabrica sujeitos submissos, "corpos dóceis". Foram 21 anos de um projeto de asfixia do pensamento crítico dos indivíduos, com medidas que vão desde a retirada da filosofia nas grades curriculares das escolas a constante censura aos meios de comunicação. Um passado recente de torturas, desaparecimentos forçados, mortes.

Até hoje, por conta dessa falta de ruptura com o passado, apesar da suposta transição do regime ditatorial para a democracia, não se construiu uma memória de tal momento histórico, não se trouxe a verdade à tona e, muito menos, se fez, efetivamente, justiça. A história mal contada. A história inacabada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. *In*: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima et al. (org.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 15-25.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
- BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. (org.). **Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas. 2005.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do Jornalismo**. Adamantina, SP: edições Omnia, 2006.
- BERGAMO, Mônica. Um dia de cão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/um-dia-de-cao.shtml>. Acesso em: 27 maio 2019.
- BIOGRAFIA Vladimir Herzog. **Blog Memórias da Ditadura**. [S. l: s.n.]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao Jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas**. 2. ed. Tradução e revisão: Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro, RJ: AGIR editora, 1962.
- BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.** Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966.** Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAUDURO, Douglas Hinterholz. **Ditadura Militar:** a cobertura de cinco jornais de Porto Alegre em 1964 – Fechamento, nascimento e reviravolta. Brasil: Chiado Editora, 2016.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, 2004 n. 40, p. 11-36.

CORTE Interamericana de Direitos Humano. **Caso Herzog e outros vs. Brasil.** Sentença de 15 de março de 2018. [S. l.], 15 mar. 2018. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf. Acesso em: 9 jun. 2019.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do Golpe** - versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Os construtores da informação:** meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Denise Cristina Ayres. **Tecnologia do imaginário: o jornalismo como promotor das doenças mentais**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paidéia**. São Paulo, n. 24, p. 149-161, dez. 2002.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. São Paulo. Futura, 2003.

HISTÓRIA do grupo Estado nos anos 1970. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, c1995-2019. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1970.shtm. Acesso em: 21 abr. 2019.

INSTITUTO Vladimir Herzog. **Memórias da Ditadura**. São Paulo, 2009. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/index.html> Acesso em 10 de abril de 2019.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.

KUSHNIR, Beatriz. Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: **1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 80-90.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1982. 2. ed.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A Mídia e o Regime Militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil**. São Paulo: SUMMUS, 1985

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis, SC: editora da Universidade Federal de Santa Catarina. 1992.

O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro, ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64->

foi-um-erro-9771604. Acesso em: 11 maio 2019.

O GLOBO. Bolsonaro volta a fazer ameaças a veículos de imprensa. **O Globo**. Rio de Janeiro, out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-fazer-ameacas-veiculos-de-imprensa-23197677>. Acesso em: 11 maio 2019.

PAULA, Christiane Jalles de. O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC**, São Paulo, 2017. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria Acesso em 21 de abril de 2019.

REGINATO, Gisele. **As finalidades do jornalismo**: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Carla Lemos. **O grupo focal como técnica de pesquisa de diagnóstico de relações públicas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2007.

SILVA, Eduardo Gomes. Em busca do Consenso Golpista: O papel da rede da democracia no Golpe Civil-Militar de 1964. **Revista Em Tempos de Histórias**. Brasília, n. 11, p. 127-140, fev. 2007;

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística**: um protocolo metodológico. 2011. Disponível em <<http://bit.ly/2imilof>>. Acesso em 04 abr. 2018.

SILVA, Juremir Machado da. **1964 - Golpe Midiático-Civil-Militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.8. ed.

SILVA, Juremir Machado da. **Diferença e descobrimento**: o que é o imaginário? A hipótese do excedente de significação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.

SILVA, Juremir Machado. **Tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982. 7. ed.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do

conhecimento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 21, p. 110. ago. 2003

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008. v. 2.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013. v. 2.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são?** Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

UOL. Justiça retifica registro de óbito de Vladimir Herzog: causa da morte deverá ser "por lesões e maus-tratos". **Portal UOL**, São Paulo, set. 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/24/justica-retifica-registro-de-obito-de-vladimir-herzog-causa-da-morte-devera-ser-por-lesoes-e-maus-tratos.htm>. Acesso em: 9 jun. 2019.

VIEGAZ, Osvaldo Estrela. O Terrorismo e a Cultura do Medo como meios de Afirmação do Estado: Um estudo Sobre as Ditaduras Militares do Eixo Brasil-Argentina. In: **Autoritarismo e Direito no Brasil e na Argentina: Estudos de Iniciação Científica como pressuposto para a formação de um pensamento reflexivo**. Andreucci, Álvaro Gonçalves Antunes (org.). São Paulo: Letras Jurídicas, 2014. p. 25-58

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. Tradução: Karina Jannini. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRELIMINAR

1. Nome completo:

2. Idade:

- 18 a 20 anos

- 21 a 24 anos

3. Como você se identifica? (Mulher, Mulher Trans, Homem, Homem Trans, etc)

4. Telefone (com DDD):

5. E-mail:

6. Escolaridade:

- Ensino Fundamental Incompleto

- Ensino Fundamental Completo

- Ensino Médio Incompleto

- Ensino Médio Completo

- Ensino Superior Incompleto

- Ensino Superior Completo

- Pós-graduação

7. Quanto é aproximadamente a sua renda e/ou de sua família?

- Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00).

- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$2.994,00).

- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,00 até R\$5.988,00).

- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,00 até R\$ 8.982,00).

- De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.982,00 até R\$ 11.856,00).

- De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.856,00 até R\$ 14.970,00).

- Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.970,00).

8. Você trabalha? Se sim, onde?

9. Você pratica alguma atividade, esporte ou passatempo? (Futebol, Yoga, Pintura, Fotografia, etc)

Agora vamos falar sobre política

1. Você se interessa pela história e política do Brasil?

2. Você já participou de algum evento com a temática sobre a política do Brasil? Se sim, qual?
3. Você é filiado a algum partido ou faz parte de algum movimento social?
5. Em relação à comunicação, você consome notícia por algum portal ou jornal impresso? Se sim, quais?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Curso e Faculdade:

Trabalho:

1. Qual a sua percepção da política brasileira atualmente?
2. Quais relações vocês percebem na política atual com a política na época da ditadura?
3. Como você observa a relação entre jornalismo e política?
4. E na relação com a ditadura militar e o jornalismo? Vocês têm conhecimento sobre alguma correlação?

- Entregar os cadernos de política para 4 dos participantes e continuar o bate-papo com o restante dos entrevistados -

5. Apesar de não termos vivido a ditadura militar, vocês acham que há um vínculo entre o curso de vocês e comportamentos/argumentos autoritários como daquele período?
6. Vocês consomem notícias do Estadão?

-Entregar os cadernos para a outra parte dos entrevistados e continuar a conversa com as mesmas perguntas para os outros participantes -

- Grupo inteiro -

7. Como vocês acham que foi abordada a questão da ditadura militar pelo jornal Estadão?
8. Vocês conseguem perceber algum viés ideológico ou não do jornal?
9. Como vocês acham que foi tratada a notícia sobre o início da ditadura militar? Teve bastante informação sobre? E como foi veiculada?
10. Partindo para o caderno de política na data da extinção do AI-5. O que vocês acharam da divulgação sobre o acontecimento?
11. De que forma vocês acharam que o Estadão noticiou a morte do jornalista Vladimir Herzog?
12. Vocês acham que estas notícias deveriam ter sido mais divulgadas?



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br